AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 38 | Nº 06 | JUNHO 2018 | R$ 15,00

A FORÇA DO COOPERATIVISMO



FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

NOVA LEI DOS DEFENSIVOS PARTICIPE DESSA DISCUSSÃO

PRODUTOS ORGÂNICOS DIFÍCIL MERCADO EM CRESCIMENTO

FRANGO EXIGÊNCIAS INDEVIDAS PARA EXPORTAÇÃO

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Liel Miranda (Souza Cruz S/A), Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Carlos Eduardo de Freitas, Cid Heraclito de Queiroz, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Miguel Pachá, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A, Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Ricardo Gattass, Rui Barreto, Sergio Lins Andrade

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Marcelo Weyland Barbosa Vieira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine a publicação que melhor acompanha o agronegócio

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

BANDEIRA DO SOMOSCOOP

PELO MENOS três assuntos merecem destaque especial nesta edição da ***Agroanalysis***. Em maio, algumas variáveis do nosso cenário macroeconômico ficaram mais claras: a inflação será baixa, mesmo com o dólar e os combustíveis pressionando; o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) será pequeno; e o dólar ficará mais volátil. Neste último caso, que é o de maior interesse imediato para os nossos leitores, as causas são a política de elevação de juros do banco central norte-americano e as incertezas quanto às eleições de novembro. Até as eleições, o dólar vai flutuar mais. Não é impossível que a moeda encoste nos R$ 4, dependendo do que as pesquisas de intenção de voto mostrarem. Por isso, quem está comprando ou vendendo em dólares precisa estar atento. Como o produtor não é um especulador, uma boa regra é comprar ou vender um pouco de cada vez. Desta forma, o valor médio atenua o movimento. Uma eventual perda, ou redução de ganho, tem menor chance de ocorrer. Por exemplo, é recomendável colher o café agora e sair vendendo aos poucos, em vez de estocar ou vender tudo; e, também, ir comprando adubo aos poucos.

Após as eleições, mesmo que um candidato "anti-mercado" vença, a moeda norte-americana deverá se comportar melhor, porque várias medidas já tomadas e leis promulgadas dificultam muito aventuras populistas. Naturalmente, um candidato comprometido com as reformas necessárias facilita tudo. Seja como for, o setor do agronegócio continuará a sua trajetória de crescimento.

O segundo assunto, tema de capa, é a força do cooperativismo no Brasil. A entrevista com o presidente da Confederação Nacional das Cooperativas (CNCoop), Márcio Lopes de Freitas, ilustra bem o assunto. Aqui, vale a pena fazer um alerta: a equipe da ***Agroanalysis*** tem notado, em suas peregrinações pelo Brasil, que muitas cooperativas, ou por falta de atenção, ou por alguma outra razão não positiva, estão cobrando de seus cooperados juros de 1,0% ao mês, ou 12,7% ao ano. Enquanto a taxa Selic está em 6,5% ao ano, os juros para o crédito rural estão entre 7,0% e 8,0% ao ano (e talvez sejam reduzidos ainda mais). Já na última safra, a maior parte dos juros para o setor não superava 8,0%. Cobrar 12,7% prejudica o "dono" da cooperativa, ou seja, o cooperado. E não se diga que as sobras são distribuídas, pois elas não compensam. As perdas, principalmente dos pequenos, com estes juros são grandes. Aguardamos comentários das cooperativas que estão praticando essas taxas.

O terceiro assunto em destaque é a nova lei dos defensivos. Nesta edição, apresentamos dois artigos cujos autores defendem a nova lei. Desde já, a ***Agroanalysis*** está aberta para este debate tão importante. É preciso conhecer bem antes de defender ou atacar. Não está tão distante no tempo a enorme discussão sobre as sementes transgênicas, hoje assunto bem menos controverso.

As projeções da Canaplan apontam queda na produtividade, em toneladas por hectare, com envelhecimento dos canaviais. As plantas ficam mais sensíveis aos impactos de clima e a pragas e doenças. Desde a crise global da safra 2008/09, a oferta de cana mostra variações ligadas às mudanças no clima nas regiões produtoras, com altos e baixos. Há excedentes globais no mercado de açúcar, em função das ofertas maiores da Índia, do Paquistão e da Tailândia, com preços em limite de baixa. Esse quadro implica uma mudança-chave na produção brasileira pró-etanol.

Na área internacional, surpreende o recente impedimento de embarques de carne de frango de empresas brasileiras aplicado pela União Europeia. Trata-se de um parceiro comercial conhecedor das regras sanitárias. O motivo alegado pelo bloco não tem base científica. No comércio de produtos de origem animal, o Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (AMSF), da Organização Mundial do Comércio (OMC), somente considera as exigências sanitárias com o objetivo de proteger a vida e a saúde dos animais e das pessoas. O Brasil acionará o painel de controvérsias na OMC.

A ANUFOOD Brazil, que traz para o Brasil a *expertise* da Anuga – maior feira mundial de alimentos, realizada na Alemanha –, abrirá um importante espaço para produtos orgânicos. O grande desafio da produção orgânica é ganhar escala para atender os crescentes mercados interno e externo, além de desenvolver uma logística de transporte e armazenagem.

O destaque especial fica para o documento que será entregue aos candidatos à presidência da República com as propostas de longo prazo do agro. Representantes das quinze entidades integrantes do Conselho do Agro analisaram a versão prévia do trabalho em fase de elaboração na Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Até o início de julho próximo, o conteúdo estará em estágio avançado de definição. A partir de cenários e projeções, as propostas contemplarão um plano de governo para 2030. Na seção Frases & Comentários, é possível conferir a opinião de algumas personalidades do agronegócio.

Em junho, a homenagem ao meio ambiente justifica, mais uma vez, a publicação na ***Agroanalysis*** do Caderno Especial do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV). Este é o núcleo de inteligência do programa brasileiro de logística reversa de embalagens vazias de defensivos agrícolas. No Brasil, cerca de 94% das embalagens plásticas primárias e 80% do total de embalagens vazias de defensivos agrícolas comercializadas possuem destinação ambientalmente correta – um dado que serve de referência aos estudos sobre a prática da sustentabilidade do campo. ■



SUMÁRIO

04 EDITORIAL

07 ABRE ASPAS

07 CAPA ENTREVISTA
MÁRCIO LOPES DE FREITAS
ALIANÇA COM GOVERNOS COMPROMETIDOS COM O PAÍS

11 FRASES & COMENTÁRIOS

12 MACROECONOMIA
CRESCIMENTO MENOR

14 AGRODROPS

17 MERCADO & NEGÓCIOS

17 REVISÃO DE EXPECTATIVAS
SINAL AMARELO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA?

19 ADUBO NA SAFRA 2018/19
PESO MAIOR NOS CUSTOS DE PRODUÇÃO

21 BIOCOMBUSTÍVEIS
MAIS PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

23 CAPA PRODUTOS ORGÂNICOS
PRODUÇÃO E CONSUMO CRESCEM 20% AO ANO NO PAÍS

25 COMÉRCIO INTERNACIONAL DE FRANGO
UNIÃO EUROPEIA EMBARGA CARNE BRASILEIRA

26 DEFESA SANITÁRIA

26 CAPA SEGURANÇA ALIMENTAR OU PROTECIONISMO
EXIGÊNCIAS INDEVIDAS

28 CONTEÚDO ESPECIAL

28 INPEV
EMBALAGENS DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS: POR QUE É IMPORTANTE DEVOLVER AS TAMPAS TAMBÉM

34 CANAPLAN
PERSPECTIVAS PARA A SAFRA 2018/19 DE CANA-DE-AÇÚCAR NA REGIÃO CENTRO-SUL

41 JOHN DEERE
O PASSO ADIANTE NA AGRICULTURA BRASILEIRA

42 FAESP
SEGURANÇA NO CAMPO

43 CAPA ANDEF
PROJETO DE LEI MODERNIZA A LEGISLAÇÃO DOS DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

44 COLUNAS

44 DIÁRIO DE BORDO
MODERNIZAR E FORTALECER A REPRESENTAÇÃO

45 PRODUZIR
UM NOVO MARCO PARA OS DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

46 OPINIÃO
INSTABILIDADE NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

47 OPINIÃO
AFTOSA: ELIMINAÇÃO DA VACINAÇÃO PODE TRAZER GANHOS

49 REFLEXÃO
GRITO DE ALERTA

50 ESTATÍSTICA

ALIANÇA COM GOVERNOS COMPROMETIDOS COM O PAÍS

MÁRCIO LOPES DE FREITAS

PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS (CNCoop)

DA REDAÇÃO

A ligação de Márcio Lopes de Freitas com a agropecuária e o cooperativismo possui raízes familiares. Ocupou cargos de liderança no setor, como a presidência da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp) e a presidência da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). E, desde 2005, com a criação da Confederação Nacional das Cooperativas (CNCoop), ele assumiu a sua presidência também. Com a sua larga experiência profissional, o entrevistado traz a sua visão sobre o momento vivido pelo Brasil, em especial no sistema cooperativista.

AGROANALYSIS: COMO CHEGAR NESSE TAMANHO MONUMENTAL?

MÁRCIO LOPES DE FREITAS: Congregamos 1,55 mil cooperativas de produção agropecuária. Em 2017, elas obtiveram faturamento superior a R$ 190 bilhões. Isso representa 13,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro. O sistema conta com 1,01 milhão de produtores rurais cooperados e gera 188,7 mil empregos diretos. De acordo com os dados oficiais do último Censo Agropecuário brasileiro, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2006, os produtores rurais associados às cooperativas agropecuárias respondem por 48% da produção nacional. Em 2017, as exportações das cooperativas representaram 6,5% da receita com exportações do agronegócio nacional.

Com o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária, o conhecido RECOOP, em 1998, as cooperativas puderam fazer a recomposição das suas dívidas, com passivos onerosos de curto prazo. Houve um alinhamento estratégico de gestão e governança na condução dos empreendimentos. As cooperativas estruturaram as suas



Flora Egelcia

operações com foco no vetor de inserção nos mercados. Esse programa foi um grande sucesso de política pública. Atualmente, restam apenas R$ 10 milhões para liquidação de um montante total aplicado de mais de R$ 1 bilhão.

A ORDEM É INVESTIR E TREINAR?

MLF: O surgimento do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) – criado pela Medida Provisória nº 1.715/98 e regulamentado pelo Decreto nº 3.017/99 – foi um grande divisor para o cooperativismo brasileiro. As áreas de formação profissional e de monitoramento se desenvolveram. Melhoramos nos aspectos de gestão, governança e inovação. Diversificamos o modelo de negócios com a industrialização e a agregação de valor nos empreendimentos. As setenta maiores cooperativas agropecuárias faturaram R$ 121,6 bilhões em 2016.

Com a ampliação, a modernização e a diversificação dos modelos agroindustriais focados no desenvolvimento de seus sistemas produtivos e de comercialização, as cooperativas agropecuárias cumprem o seu papel de inclusão do produtor cooperado no mercado. Com robustos investimentos, as cooperativas agropecuárias são fundamentais ao agronegócio brasileiro. A avicultura, a suinocultura e, mais recentemente, a piscicultura estão estruturadas em regime de exploração verticalizada; todas estão incumbidas de ampliar escala e ganhar produtividade.

QUAIS SÃO AS RAÍZES E A BUSCA DA CAMPANHA SOMOSCOOP?

MLF: Fizemos um diagnóstico detalhado para divulgar os valores, os princípios e o modelo de negócios. Identificamos desafios enfrentados pelo movimento, como a adoção de uma linguagem comum, o entendimento do sistema pela sociedade e os estágios diferentes da organização em cada região, entre outros. O ponto de partida do SomosCoop é mostrar quem somos. "Coop" reflete o espírito de colaboração existente nas cooperativas, enquanto "Somos" congrega os brasileiros ao redor do movimento.

O fato de uma em cada sete pessoas no mundo estar ligada a uma cooperativa revela a força do cooperativismo. Isso nos apontou um caminho para o seu fortalecimento: associar o movimento da cooperação brasileiro ao internacional. Para mostrar a nossa cara e a nossa cultura, surgiu o movimento SomosCoop, com o objetivo de conectar cooperativas, cooperados e integrantes do Sistema OCB, engajando cada vez mais pessoas à causa. Movimentos vão além das marcas e se conectam com o emocional das pessoas.

COMO ANALISAR A TRANSIÇÃO OU A REFORMA NA POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL?

MLF: Estabelecido em 1965, o sistema nacional de crédito rural tem sido o instrumento central da política agrícola para promover a produtividade e o aumento de renda no campo. A concessão de crédito a juros baixos visa ajudar o produtor rural no custeio, no investimento e na comercialização da sua produção. Para tanto, o Banco Central criou a chamada "exigibilidade", segundo a qual os agentes financeiros são obrigados a destinar uma parcela dos depósitos à vista ao crédito rural. Diferentemente dos países desenvolvidos, com taxas de juros baixas, o Brasil apresenta histórico de custos financeiros elevados.

> "MOVIMENTOS VÃO ALÉM DAS MARCAS E SE CONECTAM COM O EMOCIONAL DAS PESSOAS."

> “FOMOS A PRIMEIRA ENTIDADE DO SETOR PRODUTIVO A SER ADMITIDA COMO *AMICUS CURIAE*.”

Com a aplicação automática dos saldos diários da conta-corrente, os agentes financeiros reduziram os recursos obrigatórios do crédito rural, calculados sobre os depósitos à vista. Segundo pesquisa realizada pela OCB e pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) para apurar o Índice de Confiança do Agronegócio (IC Agro), o crédito rural concedido a juros controlados atende apenas 31% do orçamento de custeio da safra brasileira. Já para viabilizar os títulos do agronegócio, como estes apresentam complexidade na estruturação de operação e custos financeiros maiores, o Sistema OCB criou um Grupo Técnico de Trabalho.

A OCB FOI CONSIDERADA *AMICUS CURIAE* NA DISCUSSÃO DO CÓDIGO FLORESTAL?

MLF: O Supremo Tribunal Federal (STF), em 28 de fevereiro último, concluiu o julgamento das ações sobre o novo Código Florestal (Lei nº 12.651/12). A validade de diversos dispositivos foi reconhecida, seja pela declaração de constitucionalidade ou pela atribuição de interpretação conforme a Constituição. O sistema cooperativista sempre considerou importante o equilíbrio entre a proteção do meio ambiente e a produção agropecuária.

O tratamento diferenciado às pequenas propriedades rurais e a previsão de regras próprias para áreas rurais consolidadas, por exemplo, tiveram a constitucionalidade reconhecida. Isso respeita as peculiaridades de cada região do País. A OCB teve atuação intensa nesse processo. Além de fazermos sustentação oral no julgamento, elaboramos e defendemos diversos memoriais, de modo a ajudar o STF a compreender a realidade das milhões de famílias dedicadas às atividades do campo. Fomos a primeira entidade do setor produtivo a ser admitida como *amicus curiae*.

A POLÍTICA NACIONAL DE BIOCOMBUSTÍVEIS (RENOVABIO) ESTÁ NA AGENDA DO SISTEMA COOPERATIVISTA?

MLF: Criada, no final de 2017, pela Lei Federal nº 13.576 e regulamentada parcialmente pelo Decreto Federal nº 9.308/18, a RenovaBio é uma política de Estado. Ela pretende reconhecer o papel estratégico dos biocombustíveis na matriz de energia nacional. Isso tanto para a segurança energética, quanto para a redução de emissões de gases causadores do efeito estufa. Apesar de ser o segundo maior produtor mundial de biocombustíveis, o Brasil nunca possuiu uma política específica voltada a estes produtos de maneira conjunta.

Consideramos a participação do modelo de negócios cooperativista na cadeia produtiva nacional de biocombustíveis de grande relevância. Como exemplo, citamos o Selo Combustível Social (SCS), na inclusão produtiva e social dos agricultores familiares fornecedores de matérias-primas para a produção de biodiesel. As cooperativas agropecuárias são peças fundamentais para a instrumentalização desse programa.

A PARCERIA COM A FRENTE PARLAMENTAR DO COOPERATIVISMO (FRENCOOP) MOSTRA RESULTADOS?

MLF: Após três décadas de atuação legislativa, a Frencoop é uma das bancadas suprapartidárias mais atuantes e influentes do Congresso Nacional. Contamos com a adesão de 47% dos deputados e dos senadores. Ao todo, são 279 integrantes, sendo 243 deputados e 36 senadores, independentemente da bandeira partidária ou do estado de origem. O seu principal objetivo é garantir um ambiente favorável para o desenvolvimento do cooperativismo.

Periodicamente, a Diretoria Executiva da OCB reúne-se com a Diretoria da Frencoop para definir prioridades. No último ano, diversas matérias de nosso interesse foram aprovadas em comissões e plenários. Podemos citar alguns casos: a Lei Complementar nº 161/18 permitiu aos municípios depositarem suas disponibilidades de caixa em cooperativas de crédito; a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2018 garantiu a continuidade do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); e a Lei nº 13.572/17 permitiu o repasse de verba para os estados e os municípios compensarem as perdas com a Lei Kandir.

COMO FICAM AS PROPOSTAS PARA O PRÓXIMO GOVERNO?

MLF: O cenário é desafiador nos campos político e econômico. Precisamos resgatar, na população brasileira, o sentimento de confiança na retomada de crescimento do País e num futuro melhor. O governo deve adotar medidas para promover a saúde financeira e o equilíbrio social da nação. Esperamos uma agenda positiva de trabalho baseada na eficiência da gestão pública, no sentido de viabilizar a competitividade e o desenvolvimento; um ambiente de negócios com foco na desburocratização e na diminuição do custo de produção.

Como o momento exige cooperação, queremos participar desse processo. Ratificamos o compromisso do movimento cooperativista como aliado de governos sérios e comprometidos com um Brasil de melhores oportunidades para todos. Reunimos pontos determinantes para essa participação ser mais efetiva. Os temas coincidem com as pautas prioritárias do Executivo. Fazem parte da lista a simplificação da carga tributária, o acesso ao crédito, as seguranças jurídica e regulatória e, é claro, o aumento da competitividade. Destacamos a importância econômica e social do cooperativismo para unirmos forças e ajudarmos o Brasil a crescer com sustentabilidade. ■


Alexandre Alves

> “COMO O MOMENTO EXIGE COOPERAÇÃO, QUEREMOS PARTICIPAR DESSE PROCESSO.”

FRASES & COMENTÁRIOS

Divulgação



Construiremos uma proposta do agro para contemplar uma política de Estado até 2030. Preocupamo-nos com temas como escoamento de safra, infraestrutura e sanidade, dentre outros. Queremos saber como pensam os candidatos sobre isso.

JOÃO MARTINS, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

A ideia é apresentar um diagnóstico e uma visão conjuntural da atualidade, com metas e estratégias para o longo prazo. Isso faz parte de um projeto muito amplo para fazer o nosso País o campeão mundial da segurança alimentar até 2030.

ROBERTO RODRIGUES, coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (GV Agro) e ex-ministro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

Com base científica, sem forma de convencimento, mostraremos a realidade do campo para o Governo e a sociedade urbana entenderem a importância do agronegócio do Brasil.

SILAS BRASILEIRO, deputado federal (MDB/MG) e presidente do Conselho Nacional do Café (CNC)

Todos referindo-se ao documento a ser entregue aos candidatos à presidência da República com as propostas de longo prazo do setor, em reunião do Conselho do Agro (que reúne quinze entidades), na sede da CNA

Teremos de importar trigo dos Estados Unidos, do Canadá e da Rússia. O nosso maior supridor, a Argentina, possui apenas 3,5 milhões do produto para exportar ao Brasil. Em 2017, importamos mais de 7,0 milhões de toneladas.

RUBENS BARBOSA, presidente da Associação Brasileira da Indústria do Trigo (ABITRIGO)

Nos últimos anos, o mercado de seguro agrícola brasileiro teve avanços com a entrada de novas seguradoras e a melhoria dos produtos oferecidos em relação à adequação de taxas e a maiores níveis de cobertura disponibilizados aos produtores.

FELIPE MICHELS CABALLERO, gerente de Produtos da Corretora de Seguros Sicredi

Ao permitir o fracionamento do patrimônio, a proposição do Projeto de Lei (PL) nº 2.053/15 reduz o excesso de garantia. Isso aumentará a demanda por crédito de custeios e investimentos agropecuários. Todo o setor produtivo será beneficiado.

COVATTI FILHO, deputado federal (PP/RS), coordenador da Comissão de Política Agrícola da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e autor do relatório do PL aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados que permite ao proprietário rural dar apenas parte do imóvel como garantia na tomada de um empréstimo

Com o excedente de açúcar gerado por subsídios do governo paquistanês e a iminente exportação subsidiada pela Índia, os preços no mercado internacional chegaram a um nível baixo nunca visto desde que o programa de subsídios da União Europeia foi anunciado, há uma década.

WARREN MALES, secretário da Global Alliance for Sugar Trade Reform and Liberalisation e economista-chefe da CANEGROWERS

CRESCIMENTO MENOR

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

A ATIVIDADE econômica brasileira segue desapontando no início de 2018. Os indicadores sugerem que o crescimento econômico do primeiro trimestre do ano foi nulo ante uma expectativa positiva para o período. Em função disso, as projeções de crescimento para o ano, que eram de cerca de 3% no final de 2017, já apontam para um crescimento inferior a 2%.

Se a economia deixou de registrar retração desde o ano passado, o fato é que não está mostrando a recuperação esperada para o começo de 2018. Isso decorre do fato de que o consumo das famílias não está reagindo como esperado. Na realidade, esperava-se que o consumo delas registrasse um desempenho melhor no começo do ano, ante o fato de que o seu endividamento caiu ao longo dos últimos trimestres. No entanto, o endividamento imobiliário segue relativamente alto, o que limita o espaço em termos de orçamento para que as famílias voltem a consumir com maior intensidade.

O comportamento da inflação, que tem surpreendido sistematicamente para baixo, reflete em parte a debilidade da atividade econômica brasileira. A baixa inflação no começo do ano sinaliza para um fechamento do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) variando novamente abaixo da meta estabelecida para 2018.

O quadro de atividade fraca associada a inflação baixa sinalizava para que a flexibilização da política monetária prosseguisse. Nesse sentido, esperava-se que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BACEN) continuasse reduzindo os juros. As declarações do presidente do BACEN e a própria ata da reunião realizada pelo Copom em março deste ano sinalizavam nessa direção.

No entanto, a decisão pela manutenção da meta da taxa Selic na reunião de maio do Copom surpreendeu a muitos economistas, que esperavam um novo corte de 0,25%.

A surpreendente decisão do Comitê ocorreu em um contexto de grandes mudanças no ambiente econômico internacional. Nesse sentido, está cada vez mais evidente que o Federal Reserve (Fed), o banco central dos EUA, deverá aumentar a taxa de juros norte-americana nos próximos trimestres ante o aquecimento expressivo da economia do país. Como reflexo disso, a remuneração dos títulos do tesouro norte-americano tem registrado sucessivas altas, o que tem motivado um forte reposicionamento dos investimentos globais. Os efeitos disso têm sido um movimento de depreciação das moedas e um fortalecimento do dólar. O impacto maior tem sido sobre as moedas das economias emergentes, que registraram expressiva depreciação nas últimas semanas. Como reflexo, vários bancos centrais destas economias elevaram suas taxas de juros, para tentar conter a desvalorização das suas respectivas moedas.

Aliado a isso, o preço internacional do petróleo tem subido sistematicamente ao longo dos últimos meses. Este fenômeno impõe pressões inflacionárias adicionais à economia global, o que sancionará ainda mais o movimento de aperto monetário pelos bancos centrais ao redor do mundo.

Logicamente, as condições econômicas no Brasil são bem distintas daquelas verificadas em outras economias. Conforme apontado, a economia brasileira segue com atividade econômica em ritmo lento e inflação em queda. Este quadro, por si só, seria suficiente para sancionar um novo corte dos juros por parte do BACEN.

No entanto, no balanço dos riscos avaliados pelo Copom, o cenário externo foi considerado e preponderou sobre o contexto do ambiente econômico doméstico. Esta decisão considerou o fato de que a moeda brasileira, a exemplo de outras moedas de economias emergentes, também registrou expressiva depreciação recentemente. Vale lembrar, também, que o BACEN tem promovido sucessivos cortes na meta da taxa Selic desde outubro de 2016 e que a taxa básica de juros se encontra no menor patamar histórico desde o lançamento do Plano Real, em 1994. Logicamente, os efeitos destes cortes ainda estão em curso e deverão surgir com maior intensidade nos próximos trimestres.

Vale mencionar, ainda, que a questão fiscal brasileira, embora tenha deixado de ser um problema conjuntural de curto prazo, continua sendo um problema estrutural de longo prazo. Se este é um tema que não está presente no debate hoje, pode ganhar maior força adiante. ■

SHUTTERSTOCK



AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS
PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

CONSELHO AGROPECUÁRIO DO SUL (CAS)

Composta por ministros do Brasil, do Paraguai, do Uruguai, da Argentina, do Chile e da Bolívia, a entidade completa quinze anos. A sua constituição está ligada às implicações econômicas e sanitárias da ocorrência de febre aftosa na região em 2002. Havia, na época, a necessidade de articulação e coordenação entre os países. Na reunião de maio último, os países-membros assinaram três documentos relacionados aos trabalhos desenvolvidos, aos efeitos das mudanças climáticas no agro e à adaptação do setor às propostas do Acordo de Paris, assinado em 2015. Na pauta de trabalho, consta a prioridade de harmonizar as legislações do uso de insumos agropecuários.

NOVO PROJETO DE LEI PARA DEFENSIVOS

Um novo texto do Projeto de Lei (PL) nº 3.200/15, de relatoria do deputado federal Luiz Nishimori (PR/PR), que debate a regulação de defensivos no Brasil, foi encaminhado à Comissão Especial da Câmara. A proposta é que os três órgãos responsáveis pela avaliação dos defensivos – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) – analisem o produto em sua "condição de uso", o equivalente à prática de "análise de risco", conhecida pelo mercado. Se o PL for aprovado, o prazo de concessão de registros para defensivos, que varia de quatro a seis anos, poderia cair pela metade, ficando similar ao prazo médio na Europa.

CICLO DE INVESTIMENTOS NA CANA-DE-AÇÚCAR

A partir de 2020, com a implementação do RenovaBio, programa do governo federal para estimular o uso de biocombustíveis, um novo ciclo de investimentos é aguardado para o setor. Esperam-se renovação, ampliação e melhoria da produtividade de canaviais, reativação de unidades fechadas e abertura de novas usinas. A política de preços da Petrobras, ao alinhar reajustes da gasolina com o mercado internacional, junto com a expansão da frota de carros *flex*, é um fator importante dessa motivação.

PROJEÇÕES PARA 2030

Investimentos	R$ 72 bilhões
Produção de cana-de-açúcar	800 milhões de toneladas
Oferta de etanol	49 bilhões de litros
Usinas em operação	390 unidades
Venda de veículos leves	5,2 milhões de unidades
Frota de veículos leves	88% do tipo *flex*

Fonte: EPE/MME

FRACIONAMENTO DE PATRIMÔNIO PARA TOMADA DE CRÉDITO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados aprovou a proposição do PL nº 2.053/15, que permite ao proprietário rural dar apenas parte do imóvel como garantia na tomada do empréstimo. O objetivo é simplificar e ampliar o acesso ao crédito por parte do produtor rural. O autor do relatório é o deputado federal Covatti Filho (PP/RS). Atualmente, o proprietário do imóvel coloca toda a propriedade como garantia, ainda que o valor do financiamento seja inferior. Pronta para ser votada no plenário da Câmara, a matéria, se aprovada, segue para sanção presidencial.

RANKING DOS LATICÍNIOS

Depois de dois anos consecutivos de queda na recepção de leite (2015 e 2016), a produção voltou a crescer em 2017, para 24,12 bilhões de litros, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pela listagem das catorze principais empresas captadoras eleitas pela Associação Brasileira dos Produtores de (Leite Brasil), que representam 35,67% do total adquirido no País, o aumento foi de 5,6% de 2016 a 2017. A capacidade instalada de processamento desses laticínios soma 13,85 bilhões de litros, com capacidade ociosa média de 37,9%.

BRASIL: RECEPÇÃO DE LEITE PELAS EMPRESAS
(MILHÕES DE LITROS)

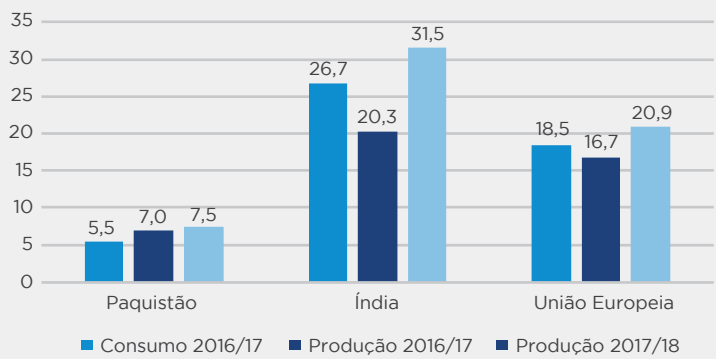
RANKING	Empresa	2016	2017
1º	Nestlé	1.690	1.694
2º	Bela Vista	1.094	1.322
3º	Unium	969	1.140
4º	CCPR/Itambé	1.104	996
5º	Embaré	584	569
6º	Aurora	453	488
7º	CCGL	356	439
8º	Jussara	377	395
9º	Danone	349	379
10º	Vigor	311	313
11º	DPA Brasil	244	246
12º	Centroleite	211	218
13º	Frimesa	214	214
14º	Confepar/Cativa	196	192
TOTAL		8.152	8.605

Fonte: Leite Brasil; CNA; OCB; CBCL; Embrapa Gado de Leite

EXCESSO DE SUBSÍDIO AO AÇÚCAR

A Global Alliance for Sugar Trade Reform and Liberalisation, fórum internacional formado por países produtores e exportadores de açúcar de cana, pede revisões nas práticas comerciais no mercado internacional de açúcar da Índia, do Paquistão e da União Europeia. Os subsídios praticados pelos seus governos geraram um excedente de produção e exportação causador de queda de preços em níveis insustentáveis. Esses mecanismos artificiais descumprem as regras internacionais estabelecidas na reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) de 2015, em Nairóbi, no Quênia.

BALANÇO: OFERTA E DEMANDA DE AÇÚCAR
(MILHÕES DE TONELADAS)

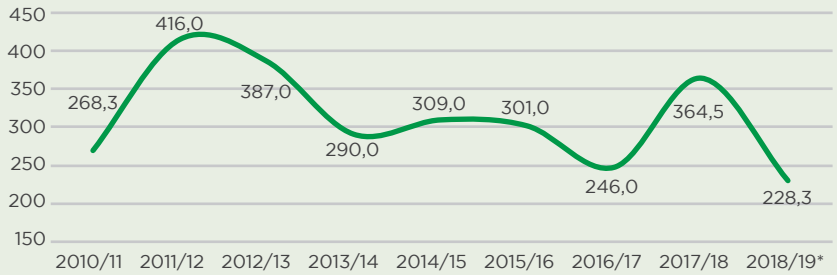


Fonte: Global Alliance for Sugar Trade Reform and Liberalisation

QUEDA NA COLHEITA DE LARANJA

A safra de laranja 2018/19 no cinturão citrícola de São Paulo e Triângulo/Sudoeste Mineiro, que responde pela maior parte da produção da fruta destinada à indústria exportadora de suco do Brasil, deverá somar 228,3 milhões de caixas de 40,8 kg, de acordo com a primeira estimativa do Fundo de Defesa da Citricultura (Fundecitrus). Foram registrados problemas nas floradas de algumas áreas produtoras. O elevado número de frutos da safra anterior, somado às condições desfavoráveis pelas altas temperaturas no mês de outubro, levou a um menor pegamento da florada principal nas regiões onde o florescimento foi mais tardio.

BRASIL: PRODUÇÃO DE LARANJA
(MILHÕES DE CAIXAS DE 40,8 kg)

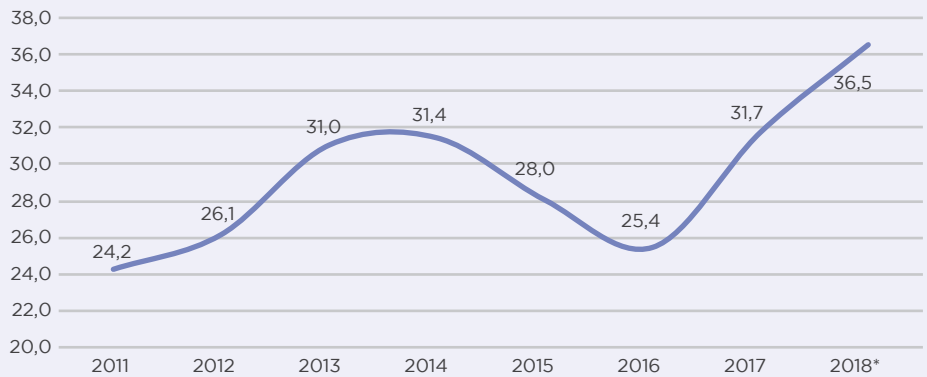


* Previsão
Fonte: Fundecitrus

EXPORTAÇÃO RECORDE NO COMPLEXO SOJA

A oleaginosa surpreende na safra brasileira de 2017/18. Depois de baixa expectativa no início da fase de plantio, as condições climáticas correram de forma formidável, de modo a chegar a uma colheita que será a maior da história. A quantidade aproxima-se da realizada pelos Estados Unidos, de 119,5 milhões de toneladas. Com a quebra da safra na Argentina, os preços da *commodity* subiram e ficaram mais remuneradores. Com isso, a previsão é de uma receita recorde nas exportações do complexo.

BRASIL: EXPORTAÇÕES DO COMPLEXO SOJA
(US$ BILHÕES)



* Estimativa
Fonte: ABIOVE

REVISÃO DE EXPECTATIVAS

SINAL AMARELO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA?

FELIPPE SERIGATI[1] ROBERTA POSSAMAI[2] KELLEN SEVERO[3]

EM 2017, a economia brasileira saiu da recessão, e, ao longo do primeiro trimestre de 2018, parecia que o ritmo de expansão aceleraria. Infelizmente, desde o início de abril, tem-se acumulado um conjunto de evidências de que o crescimento da economia pode estar perdendo fôlego. O Brasil crescerá neste ano, porém parece que de forma mais modesta do que era projetado, por exemplo, ao final de março. Embora haja fatores externos por trás dessa "revisão de expectativa", merecem especial destaque os fatores internos, tais como as incertezas relacionadas ao processo eleitoral e o esgotamento da capacidade do governo de tocar qualquer ponto mais relevante da agenda de reformas.

É bem provável que esse quadro de elevada incerteza permaneça, pelo menos, até as eleições. Para o universo agro, no curto prazo, isso se traduzirá em maior volatilidade da taxa de câmbio, justamente no momento em que o setor levará ao mercado o resultado da produção da safra atual e planejará a aquisição dos insumos para a próxima safra.

O QUE EXPLICA ESSA REVISÃO DE EXPECTATIVAS?

Embora haja fatores externos contribuindo para a projeção de menor crescimento da economia brasileira, como a perspectiva de elevação da taxa de juros norte-americana em um ritmo mais intenso (seja devido ao provável excessivo aquecimento dessa economia, seja devido às políticas protecionistas propostas pela administração Trump, que devem encarecer a produção local dos Estados Unidos), são os fatores domésticos que mais explicam o menor otimismo do mercado. Entre eles, merecem destaque:

- **Esgotamento do capital político do governo junto ao Congresso para a aprovação das reformas**: desde 2016, o governo federal vinha conseguindo mobilizar o Congresso em torno de uma agenda de reformas impopulares, porém necessárias ao País. Diversos pontos dessa agenda foram aprovados, como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Teto dos Gastos, a reforma trabalhista, a mudança das regras para o setor de óleo e gás etc. Porém, infelizmente, há claros sinais de que esse capital político tenha se esgotado; o próprio governo anunciou que não tentará colocar em votação a reforma da previdência antes das eleições. Como a situação das contas públicas é crítica, a interrupção da aprovação dessa agenda deixou o mercado preocupado. De qualquer forma, a sequência desse trabalho ficou para o próximo grupo político que assumir o Palácio do Planalto.

- **Incerteza com relação ao quadro eleitoral**: infelizmente, os resultados das pesquisas de intenção de voto têm persistentemente jogado um balde de água fria nas expectativas de que a agenda de reformas será retomada em 2019. O fato é que estas pesquisas deixam claro que, até o momento, entre os candidatos à presidência da República mais bem posicionados, não há

1 Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

2 Mestre em Economia Agrícola pela FGV-EESP e pesquisadora do GV Agro – roberta.possamai@fgv.br

3 Jornalista pós-graduada em Economia pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas na Universidade de São Paulo (Fipe/USP), apresentadora e editora-chefe do jornalístico Mercado&Cia, no Canal Rural – severokellen@gmail.com

nenhum que reúna três condições necessárias para tranquilizar efetivamente o mercado: (i) ser favorável à agenda de reformas; (ii) ter condições de mobilizar o Congresso e construir maiorias para a aprovação das reformas; e (iii) não estar manchado pelas investigações de corrupção que drenam rapidamente o capital político. Diante da incerteza se algum candidato com estas três características se tornará eleitoralmente viável, coloca-se em xeque o prosseguimento dos ajustes que a economia necessita, e a percepção de risco com relação à situação brasileira vai aumentando.

SETORES ECONÔMICOS PARANDO DE ACELERAR

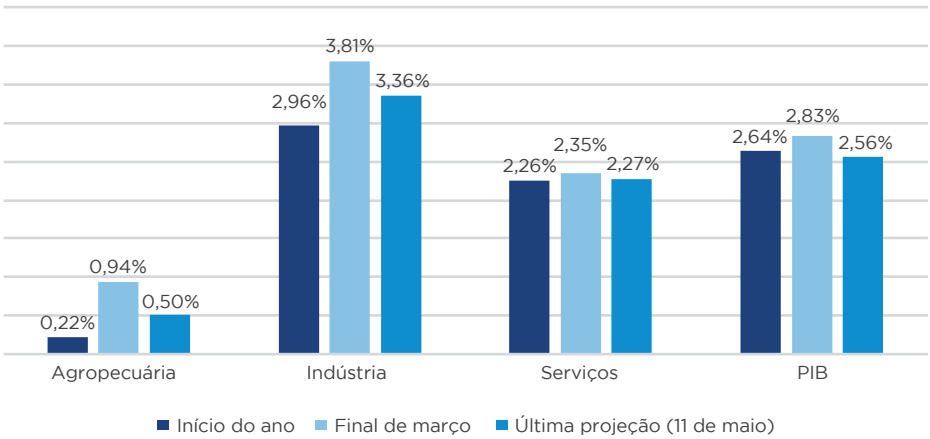
No início de 2018, havia a sensação de que a economia brasileira teria um ano bastante razoável. Os principais setores econômicos com indicadores mensais acompanhados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – indústria, comércio varejista e serviços – registravam um crescimento cada vez mais acelerado (ou uma contração cada vez menor) na taxa anualizada (média móvel de doze meses).

Infelizmente, a divulgação desses índices conta com uma defasagem – no momento em que este artigo é escrito, os números mais recentes são do mês de março. Com isso, ainda não há dados para saber como o segundo trimestre efetivamente tem evoluído. Porém, se for possível considerar o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) um "indicador antecedente" do Produto Interno Bruto (PIB), há evidências de que a expansão da economia brasileira realmente está perdendo fôlego. A propósito, de acordo com o IBC-Br, a economia brasileira encolheu 0,13% no primeiro trimestre de 2018 em comparação ao último trimestre de 2017.

A REVISÃO DE EXPECTATIVAS

Enquanto não há dados oficiais confirmando essa desaceleração, o mercado já tem revisado "para baixo" as suas projeções para o crescimento da economia brasileira em 2018, na contramão do que estava acontecendo ao longo do primeiro trimestre. De acordo com as projeções da pesquisa Focus do Banco Central (BACEN), ao longo do primeiro trimestre o mercado vinha projetando um crescimento cada vez maior para os três principais setores da economia brasileira (agropecuária, indústria e serviços). Em números: o mercado iniciou o ano projetando um crescimento de 2,64% para o Brasil em 2018 e encerrou o mês de março puxando esta expectativa para 2,83%. Infelizmente, dados os sinais surgidos desde o início de abril, houve revisão "para baixo" em todos os setores econômicos, empurrando a projeção de crescimento do Brasil para 2,56% – e, infelizmente, com sinalização de novas reduções. ■

PROJEÇÕES DA PESQUISA FOCUS DO BACEN: INÍCIO DO ANO, FINAL DE MARÇO E PRIMEIRA QUINZENA DE MAIO



Fonte: BACEN

ADUBO NA SAFRA 2018/19

PESO MAIOR NOS CUSTOS DE PRODUÇÃO

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO
Zootecnista da Scot Consultoria

O AGRICULTOR deve antecipar as compras de fertilizantes como estratégia para "fugir" do cenário de maior movimentação e possibilidade de alta de preços nos próximos meses. Além disso, ao pensar na entrega dos adubos, normalmente quem deixa para a última hora sofre com atrasos.

As entregas de fertilizantes ao consumidor final totalizaram 8,06 milhões de toneladas no Brasil no acumulado de janeiro a abril de 2018, segundo a Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA). O volume aumentou 3,4% em relação ao mesmo período do ano passado. Com exceção de janeiro, nos demais meses, a quantidade entregue foi maior comparativamente à do mesmo mês de 2017.

A Scot Consultoria estima a entrega nacional de fertilizantes entre 35,00 milhões e 35,50 milhões de toneladas, frente às 34,44 milhões de toneladas em 2017, recorde até então. Do lado da demanda, a perspectiva é de boa dinâmica no ritmo de comercialização.

MERCADO E EXPECTATIVAS

A demanda por fertilizantes cresce nesses meses que antecedem o plantio da safra brasileira de verão 2018/19. As recentes altas de preços da soja e do milho, junto com o bom desempenho do setor sucroalcooleiro, deverão impulsionar a procura por adubos.

Essa tendência de maior movimentação no mercado interno, somada às valorizações do dólar em relação à moeda brasileira, deve pressionar os preços dos adubos, que seguem firmes desde o começo do ano.

Segundo um levantamento da Scot Consultoria, o preço da ureia agrícola subiu 7,4% no acumulado desde janeiro último. Na comparação a maio de 2017, o insumo custa 13,2% a mais. Para os adubos potássicos e fosfatados, as altas anuais foram de 5,5% e 8,0%, respectivamente.

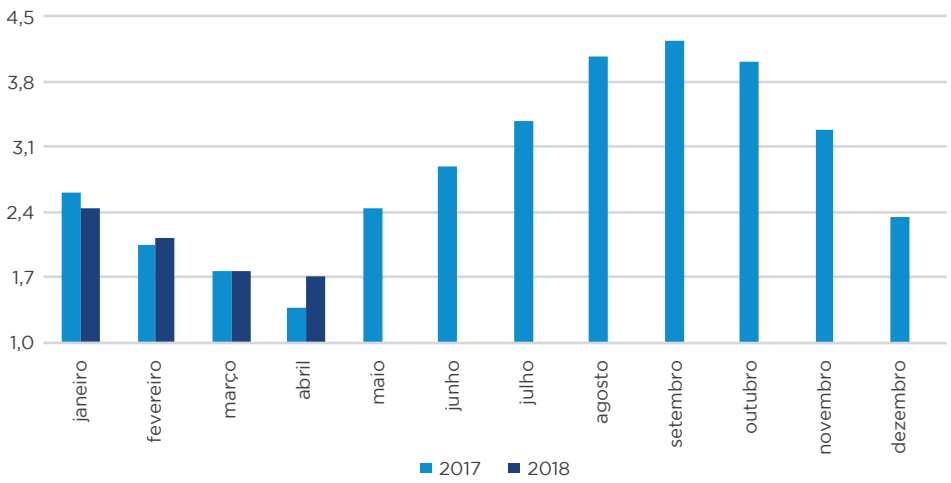
É preciso considerar, também, a menor produção nacional prevista para o ano. Isso aumenta a necessidade de importação para atender a demanda


SHUTTERSTOCK

interna. No caso dos fertilizantes potássicos, as importações representam mais de 90% do volume total consumido no País, enquanto, nos nitrogenados e fosfatados, variam de 50% a 60% da demanda nacional.

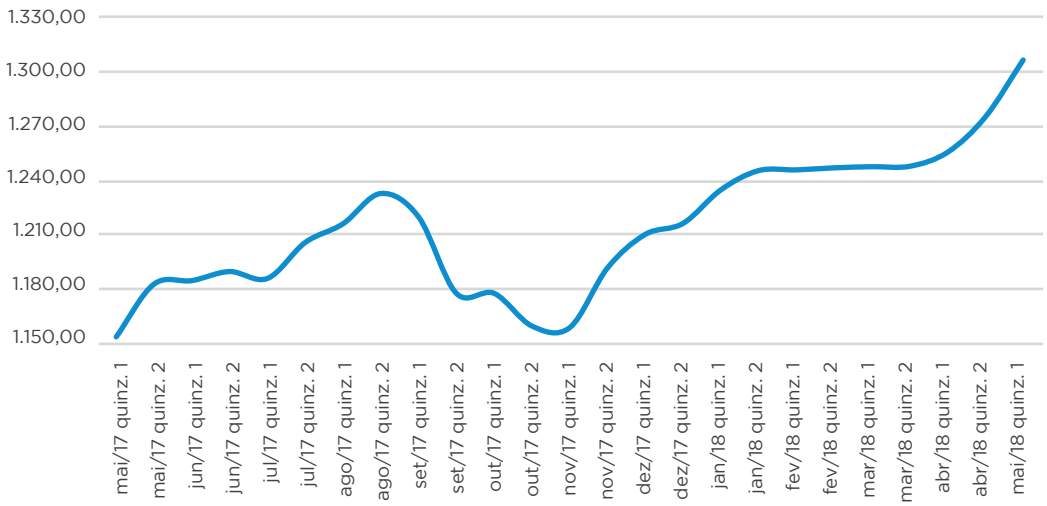
Segundo a ANDA, a produção brasileira diminuiu 4,7% no primeiro quadrimestre deste ano em relação a igual período do ano passado. O cenário é de preços firmes dos adubos no mercado internacional. A alta da cotação do petróleo e as especulações acerca da continuidade da produção de fertilizantes nitrogenados nas fábricas da Petrobras nos estados da Bahia e de Sergipe são fatores que "ajudam" na sustentação das cotações dos adubos no mercado brasileiro. ■

ENTREGA DE ADUBOS AO CONSUMIDOR FINAL NO BRASIL
(MILHÕES DE TONELADAS)



Fonte: ANDA

SÃO PAULO: EVOLUÇÃO DOS PREÇOS MÉDIOS DA UREIA AGRÍCOLA SEM O FRETE
(R$ POR TONELADA)



Fonte: Scot Consultoria

BIOCOMBUSTÍVEIS

MAIS PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL

PLINIO M. NASTARI

Presidente da DATAGRO e representante da sociedade civil no Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)

VÁRIAS INICIATIVAS e organizações internacionais reuniram-se em Bruxelas, na Bélgica, em 10 e 11 de abril últimos, para discutir a necessidade e as formas de ampliar os combustíveis com baixo teor de carbono nos transportes. A conferência internacional, intitulada "O papel dos combustíveis com baixo teor de carbono na descarbonização do transporte: o consenso emergente de iniciativas internacionais", foi um esforço conjunto da Plataforma para o Biofuturo, da Comissão Europeia, da Agência Internacional de Energia Renovável (IRENA, na sigla em inglês), do below50 e do ART Fuels Forum, com a participação da Agência Internacional de Energia e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (IEA e FAO respectivamente, ambas também nas siglas em inglês). Embora de natureza global, a conferência em Bruxelas enfocou o contexto europeu e o próximo quadro de políticas de biocombustíveis. O encontro ocorre no momento em que legisladores europeus e representantes nacionais debatem os contornos das novas metas e políticas para o setor de transportes e energia renovável a serem aprovadas como parte da Diretiva de Energia Renovável para o período pós-2020, denominada RED II.

A Conferência produziu mensagens-chave sobre o papel vital dos biocombustíveis sustentáveis e formas de promovê-los. Entre elas, estão: o aumento massivo da bioenergia para ajudar a combater a mudança climática; o fato de que insumos estão disponíveis para atender a necessidade de bioenergia de forma sustentável, além de haver tecnologias de conversão que também estão disponíveis para atendê-la; apoio político e colaboração internacional serão necessários para garantir investimentos em bioenergia, e uma abordagem baseada em evidências é necessária para garantir a sustentabilidade.

A necessidade de um aumento sustentável da bioenergia para combater a mudança climática foi um ponto vital da conferência. Para que isso aconteça, será necessário o apoio a políticas e investimentos, incluindo formas baseadas em evidências para recompensar as externalidades positivas oferecidas pelos combustíveis com baixo teor de carbono, bem como suporte específico para reduzir os

SHUTTERSTOCK



custos de tecnologias inovadoras de conversão em escala industrial, como as plantas industriais de segunda geração.

Questões regulatórias também foram enfatizadas na discussão. Uma abordagem neutra de matéria-prima baseada em evidências que avalie objetivamente a sustentabilidade e o desempenho ambiental (conforme adotado no padrão de combustível de baixo carbono da Califórnia e na Política Nacional de Biocombustíveis – RenovaBio – no Brasil) foi recomendada acima de distinções regulatórias arbitrárias, como a classificação entre biocombustíveis convencionais e avançados (baseados em culturas não alimentares), pois tal divisão poderia impedir a inovação e o desenvolvimento de ambos, além de poder não produzir o melhor resultado. Do mesmo modo, uma abordagem política ativa para minimizar o risco de emissões indiretas decorrentes da produção de biocombustíveis (conceito conhecido como *indirect land use change* – ILUC) foi considerada preferível a uma abordagem mais pessimista baseada na modelagem de cenários de longo prazo.

As mensagens-chave emanadas do importante encontro realizado em Bruxelas – que teve como representantes brasileiros o conselheiro Renato Godinho, do Ministério das Relações Exteriores (MRE), e Miguel de Oliveira, diretor do Departamento de Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia (DBIO/MME) – foram as seguintes:

O AUMENTO MASSIVO DE BIOENERGIA É NECESSÁRIO PARA AJUDAR A COMBATER A MUDANÇA CLIMÁTICA.

Grandes volumes de matéria-prima para biocombustíveis podem ser fornecidos de forma sustentável, sem impedir a produção de alimentos ou liberar carbono por meio de mudanças no uso da terra.

TECNOLOGIAS DE CONVERSÃO TAMBÉM ESTÃO DISPONÍVEIS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE BIOENERGIA.

Vários novos caminhos de conversão para combustíveis de baixo carbono estão em desenvolvimento na Europa e em outras regiões. As tecnologias de segunda geração alcançaram demonstração em larga escala ou comercialização antecipada, havendo ainda algumas poucas plantas industriais de primeira linha em operação. Para aumentar a capacidade, é necessário investir em níveis além das tendências atuais.

UM APOIO POLÍTICO PREVISÍVEL E DE LONGO PRAZO SERÁ NECESSÁRIO PARA GARANTIR A EXPANSÃO DA BIOENERGIA.

É necessário que haja apoios regulatório e político para garantir o suprimento confiável de combustíveis de baixo carbono para transporte.

UMA ABORDAGEM BASEADA EM EVIDÊNCIAS É NECESSÁRIA PARA GARANTIR A SUSTENTABILIDADE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS.

A maneira mais eficaz de reduzir os custos e as emissões de carbono dos biocombustíveis é recompensar as reduções nas emissões de carbono por unidade de energia produzida.

ALGUNS COMBUSTÍVEIS DE BAIXO CARBONO SUSTENTÁVEIS COMBINAM ELEMENTOS AVANÇADOS E CONVENCIONAIS.

Distinções regulatórias entre biocombustíveis convencionais (baseados em culturas alimentares) e avançados (não baseados em culturas agrícolas) podem impedir o desenvolvimento de biocombustíveis de alto desempenho que são constituídos de ambas as fontes.

OS REGULAMENTOS DEVEM ADOTAR UMA ABORDAGEM TRANSFORMADORA PARA A MUDANÇA INDIRETA DO USO DA TERRA (ILUC).

A ILUC, embora seja uma preocupação ambiental importante e um fator-chave nas deliberações regulatórias europeias, é impossível de medir e difícil de modelar. Assim, os regulamentos devem tentar direcionar os investidores para opções com baixo risco de ILUC, como os biocombustíveis feitos a partir de resíduos agrícolas ou florestais, matérias-primas cultivadas em terras degradadas ou matérias-primas com rendimentos muito elevados.

A COLABORAÇÃO INTERNACIONAL PODE ACELERAR A ABSORÇÃO SUSTENTÁVEL DE BIOENERGIA.

Os países devem cooperar para compartilhar conhecimento sobre opções sustentáveis de bioenergia e abordagens políticas efetivas para colocar estas opções em prática. ■

PRODUTOS ORGÂNICOS

PRODUÇÃO E CONSUMO CRESCEM 20% AO ANO NO PAÍS

CASSIANO FACCHINETTI
Diretor da Koelnmesse Brasil

Produzir e consumir alimentos orgânicos é um movimento que precisa estar ancorado em sistemas produtivos e de distribuição sustentáveis dos pontos de vista econômico, social e ambiental.

A PRODUÇÃO de alimentos orgânicos no Brasil começou, no final do século passado, embalada pela paixão de alguns produtores rurais que apostaram na agricultura sem o uso de produtos químicos como forma de melhorar a qualidade e garantir a sustentabilidade nas lavouras. Aos poucos, o sistema foi ganhando adeptos e, hoje, já apresenta um crescimento de 20% ao ano, segundo Cobi Cruz, diretor de Branding do Conselho Brasileiro da Produção Orgânica e Sustentável (Organis).

Mas, o grande desafio da produção orgânica é ganhar escala para atender os crescentes mercados interno e externo, além de desenvolver uma logística de transporte e armazenagem. E, por ter grande importância no mercado mundial, o segmento terá espaço especial de exposição e debate durante a **ANUFOOD Brazil – Feira Exclusiva para o Setor de Alimentos e Bebidas**, que acontece de 12 a 14 de março do próximo ano, em São Paulo.

Produzir orgânicos em grande escala é apenas um dos desafios a serem enfrentados pelo setor. Como não é possível transportar alimentos orgânicos junto com aqueles de produção tradicional, é preciso desenvolver uma logística própria. Por isso, os preços ao consumidor acabam sendo maiores, e a melhor opção para os produtores são as feiras específicas que existem em várias partes do País.

Como o próprio diretor de Branding do Organis afirma, a realização da ANUFOOD, que traz para o Brasil a *expertise* da Anuga – maior feira mundial de alimentos, realizada a cada dois anos em Colônia, na Alemanha –, é importante para abrir espaços para os orgânicos. Atualmente, o País tem 16 mil unidades produtoras de orgânicos cadastradas no Ministério da Agricultura, a maioria de pequenos produtores e agricultores familiares.

A maior parte dos produtos é de hortaliças. Nem mesmo frutas têm uma escala considerável; de acordo com o Organis, hoje existe algo de uva, mas o restante ainda é pouco, pois os pequenos agricultores precisam pensar no tempo para colher, e as frutas exigem três anos para poderem oferecer uma produção adequada. Já as verduras levam apenas alguns meses para serem colhidas.

Com o aumento da preocupação das pessoas com a saúde e a alimentação, surge uma oportunidade para o segmento. Mas, também existe a falta de incentivo, de investimento em infraestrutura e de assistência técnica.

Além do crescimento, os produtos orgânicos também têm ganhado maior qualidade nos últimos anos. Há dez anos, o consumidor encontrava alimentos de menor qualidade se comparados com os tradicionais, tanto que havia o questionamento de por que alguém compraria algo com aspecto inferior e por preço maior.

A situação mudou. Hoje, praticamente não há diferença de aparência entre os orgânicos e os alimentos produzidos de forma tradicional, tanto

que 50% do que é produzido no Brasil vão para o exterior, onde as exigências dos consumidores são ainda maiores. Mas, a exportação reforça o problema de atendimento da crescente demanda interna. A nossa produção não acompanha o crescimento da procura. E mandamos, ainda, para fora grande parte da produção.

O registro dos produtos para a comercialização além das fronteiras do município, do estado ou do País é fundamental diante das exigências legais e da clientela. Além do registro básico, a obtenção de selos e certificações de qualidade e a denominação de origem e de alimento orgânico garantem acesso a determinados nichos de mercado dispostos a pagar mais pelas garantias de qualidade e procedência.

Portanto, o setor precisa ganhar escala. Mas, para isso, é preciso maior apoio ao produtor rural, para que ele tenha segurança ao apostar em uma mudança que envolve, inclusive, a cultura agrícola nacional, além de necessitar de investimentos da porteira para fora também. ■

CARACTERÍSTICA DOS ORGÂNICOS

O manejo na agricultura orgânica valoriza o uso eficiente dos recursos naturais não renováveis, bem como o aproveitamento dos recursos naturais renováveis e dos processos biológicos alinhados à biodiversidade, ao meio ambiente, ao desenvolvimento econômico e à qualidade de vida humana.

Essa prática agrícola preocupa-se com a saúde dos seres humanos, dos animais, das plantas e do solo, tendo como modelos de produção a adoção de técnicas integradoras pouco agressivas ao meio ambiente e a aposta na diversidade de culturas.



© KOELNMESSE GMBH

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE FRANGO

UNIÃO EUROPEIA EMBARGA CARNE BRASILEIRA

DA REDAÇÃO

CERCA DE vinte frigoríficos brasileiros estão proibidos de exportar carne de frango e derivados para a União Europeia (UE). Do total de plantas autorizadas a exportar para o bloco, estas unidades representam próximo de um terço do total: doze delas pertencem à BRF Foods, e as oito demais a cooperativas – Copacol (PR), Copagril (PR), Zanchetta Alimentos (SP), São Salvador (GO), Bello Alimentos (MS), Coopavel (PR), Avenorte (PR) e LAR (PR).

O Brasil possui uma cota de exportação para os diversos tipos de carne de frango de cerca de 400 toneladas. Mas, a cota para carne *in natura* é de 21 toneladas. A partir desta quantidade, há uma tarifa de € 1.024 por tonelada. Existe, também, uma cota de 170 mil toneladas para a exportação de outras carnes salgadas, na qual se enquadra a exportação de peito de frango congelado com 1,2% de sal, com tarifa bem menor, de 15,4% do valor do produto.

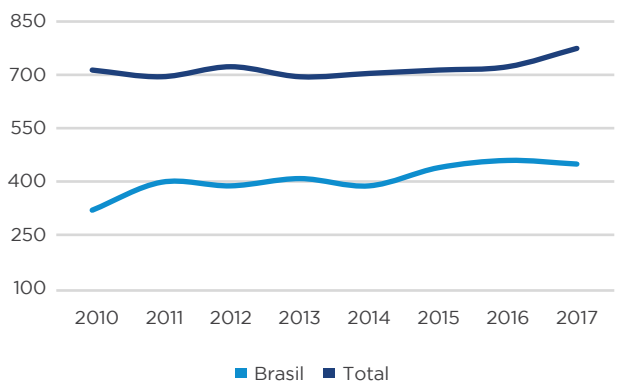
A UE impõe critérios microbiológicos diferentes para a detecção e o controle de salmonela para carnes de aves *in natura* sem sal e carnes de aves *in natura* com sal. O critério aplicado à carne de aves sem sal restringe-se à detecção de apenas dois tipos de bactéria (*Salmonella* Enteritidis e *Salmonella* Typhimurium). Nas carnes de aves salgadas e temperadas (cruas), o critério é de detecção de *Salmonella* spp. (qualquer um dos mais de 2.500 tipos da bactéria).

Segundo a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), o embargo da UE sobre o frango brasileiro deverá gerar, neste ano, uma perda de 30% sobre o total do produto exportado pelo Brasil para o bloco. A receita nacional com a exportação de frango para a UE, em 2017, foi de US$ 775 milhões, o equivalente a 7,3% do total. Como alguns mercados substitutos, como o México, a África do Sul e o Oriente Médio, estão com as suas capacidades supridas, o remanejamento das entregas não acontece automaticamente.

Há um sistema de cotas para a importação pelo bloco: se uma empresa não usa a cota, outra pode solicitar usá-la. Por isso, ainda não dá para calcular o efeito em definitivo, já que outras empresas poderão usar as cotas.

Para recorrer à medida aprovada pelos membros da UE, a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) autorizou a abertura de um contencioso. Para tanto, será acionado o painel de controvérsias na Organização Mundial do Comércio (OMC). Em 2002, com tomada de medida similar, o Brasil saiu vitorioso nesse embate comercial. ■

MUNDO E UNIÃO EUROPEIA: IMPORTAÇÃO DE CARNE DE FRANGO
(MIL TONELADAS)



Fonte: USDA

SEGURANÇA ALIMENTAR OU PROTECIONISMO

EXIGÊNCIAS INDEVIDAS

TANIA MARIA DE PAULA LYRA
Consultora em Defesa Sanitária

A CARNE de frango brasileira possui uma ampla aceitação no mercado internacional, sendo exportada para mais de 150 países. Devido ao nosso sistema de criação e à ração preparada à base de milho, esses produtos são considerados mais saborosos e diferenciados pelo consumidor europeu.

No comércio de produtos de origem animal, o Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (AMSF), da Organização Mundial do Comércio (OMC), somente considera as exigências sanitárias com o objetivo de proteger a vida e a saúde dos animais e das pessoas. Logo, essas medidas não podem constituir-se numa restrição encoberta ao comércio internacional.

Nesse sentido, surpreende o recente impedimento de embarques de carne de frango de empresas brasileiras aplicado pela União Europeia, pois vem



de um parceiro comercial conhecedor das regras sanitárias. Para a Ciência, a adição de apenas 1,2% de sal inviabiliza a presença de salmonela na carne de frango. Mesmo assim, o bloco exige análises para mais de 2.600 tipos de salmonela em produtos salgados, e de apenas dois tipos no produto *in natura*. Essa exigência é inexplicável.

As pesquisas apontam o hipoclorito de sódio como o sanitizante mais eficiente para a descontaminação das carcaças. A legislação brasileira permite o seu uso em até 5 partes por milhão (ppm) no pré-resfriamento de carcaças de frango. Esta concentração é suficiente para a eliminação do patógeno. Outros países preconizam o uso de ozônio e ácido láctico. Enquanto as amostras colhidas nos próprios frigoríficos dos países-membros da UE indicam esse risco; nos Estados Unidos, o Comitê sobre a Revisão do Uso de Critérios Científicos e Padrões de Desempenho para Alimentos Seguros, formado sob a tutela do National Research Council, observou que o termo "zero tolerância" é correntemente usado, mas geralmente mal definido ou entendido. Isso é uma demonstração da comunidade científica internacional.

Na Conferência Global sobre inocuidade de alimentos, realizada no Japão, em abril último, ressaltaram-se três pontos essenciais sobre a segurança dos alimentos. O primeiro enfatiza a importância de ferramentas poderosas representadas pelas tecnologias emergentes para melhorar esse processo. O segundo refere-se a uma colaboração, e não uma competição. Já o terceiro ressalta que essas práticas devem ser aplicadas em todos os níveis de uma organização: dos CEOs aos colaboradores no campo.

Qualquer país, ao declarar que, em suas produções avícolas e nas aves abatidas, não incorre no menor risco de registar a presença de salmonela, está dizendo uma inverdade. Há uma epidemiologia do agente no sistema produtivo. Destaca-se, porém, que, devido ao fato de a carne de frango não ser consumida crua, é impossível que haja transmissão de salmonela, em função de o cozimento destruir os agentes patógenos. ■



SUPERAÇÃO DA CRISE

Os laboratórios das empresas exportadoras de carne de frango são credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) após serem acreditados junto à Organização Internacional para Padronização (ISO). Essas unidades, ao serem acreditadas junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), denotam que se encontram nos padrões de qualidade exigidos pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT – NBR ISO/IEC 17025), a qual rege os requisitos gerais para a competência de laboratórios. Como essa referência é mundial, os laboratórios ficam possibilitados a produzir resultados altamente confiáveis; isso demonstra que são tecnicamente competentes.

Assim, consideramos que os exames realizados são corretos. O que ocorreu de fato foram ações fraudulentas. O MAPA não se omitiu e teve a dignidade de notificar. Agora, é necessário corrigir, punir os responsáveis e evitar a repetição de situação semelhante, com ferramentas que permitam detectar a fraude na modificação dos resultados.

Toda essa ação pode ser feita com a utilização correta de sistemas de controle. Um deles sugerido para o setor agropecuário alcançar níveis de excelência é o uso da tecnologia *blockchain*. Este instrumento mostra-se como uma solução para acompanhar a cadeia produtiva ou, no caso específico, os resultados das análises laboratoriais, que, depois de lançados no sistema, não podem ser modificados, evitando as fraudes decorrentes de modificação dos resultados.

Como, no sistema de produção de frango, predominam os pequenos produtores, há todo um caráter social a ser considerado. No Brasil, infelizmente, um corte abrupto da exportação afeta 130 mil avicultores, com perdas em sua única fonte de renda e emprego. A cadeia produtiva gera 3,6 milhões de empregos. Teremos de trabalhar para recuperar essas perdas.

Exportamos carne de frango para mais de 150 países. Precisamos estabelecer um programa de rastreabilidade para identificar, de forma rápida, as falhas nos elos da cadeia. Devemos aplicar as medidas punitivas e as imediatas correções para não prejudicar o primeiro elo da cadeia: os produtores.

ISABELA BORGHESE



Processo de entrega e classificação de tampas na central de Piracicaba

EMBALAGENS DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS:

POR QUE É IMPORTANTE DEVOLVER AS TAMPAS TAMBÉM

A entrega da embalagem completa, incluindo as tampas, é fundamental para o sucesso da logística reversa deste material, aumentando os benefícios ambientais e a geração de recursos para o Sistema Campo Limpo.

A contribuição do Sistema Campo Limpo – programa brasileiro de logística reversa de embalagens vazias de defensivos agrícolas – para a conservação do meio ambiente e a saúde do Planeta e das futuras gerações passa por cada detalhe do comportamento de todos os elos da cadeia agrícola – agricultores, canais de distribuição, fabricantes e poder público.

Quando um agricultor utiliza um defensivo agrícola em sua propriedade e segue corretamente o que determina a legislação quanto à destinação das embalagens vazias, possibilita que o material não permaneça nos campos e que seja reciclado e utilizado na fabricação de 33 artefatos.

Atender ao que dizem as Leis nº 7.802/89 e nº 9.605/98 implica preocupar-se com a embalagem completa. A obrigação legal do produtor rural de devolver as embalagens pós-consumo nos locais indicados na nota fiscal de compra inclui, também, as tampas. Essenciais para garantir a segurança no armazenamento e no transporte dos defensivos agrícolas, as tampas são parte fundamental destas embalagens e devem ser devolvidas, separadamente, nas mais de 400 unidades de recebimento do

Sistema Campo Limpo ou nos quase 5 mil recebimentos itinerantes que acontecem anualmente em todo o País.

"A entrega das tampas separadamente é necessária porque se trata de materiais diferentes, e elas seguem um processo distinto ao das embalagens no caminho para a reciclagem", explica Antonio Carlos do Amaral, gerente de Operações do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV), que atua como núcleo de inteligência do Sistema. Enquanto as embalagens são feitas de polietileno, as tampas são de polipropileno. "Dentro da unidade de recebimento, há processos específicos. São práticas voltadas para classificação, processamento, armazenamento e destinação desses materiais".

Na central, faz parte do processo a separação de tampas brancas e coloridas. A reciclagem das brancas, que são maioria, resulta na produção de novas tampas para agroquímicos, fechando o ciclo dentro da própria cadeia. As coloridas, por sua vez, são transformadas em resina, utilizada na fabricação de outros artefatos.

"Quando o agricultor devolve as embalagens tampadas, o processo fica mais demorado. Aqui na central, a maioria das tampas vem separada.

> "A ENTREGA DAS TAMPAS SEPARADAMENTE É NECESSÁRIA PORQUE SE TRATA DE MATERIAIS DIFERENTES, E ELAS SEGUEM UM PROCESSO DISTINTO AO DAS EMBALAGENS NO CAMINHO PARA A RECICLAGEM."
>
> ANTONIO CARLOS DO AMARAL, GERENTE DE OPERAÇÕES DO inpEV

OTMAR OLIVEIRA



Realização da tríplice lavagem na Fazenda Guarita, em Rondonópolis



OTMAR OLIVEIRA

Trabalho da equipe ganha agilidade com a devolução separada das tampas, segundo o operador líder da central de Rondonópolis, Jean Carlos Alves Soares (quarto da esq. para a dir.)

Para se ter uma ideia do impacto no trabalho, se recebemos um caminhão com as embalagens separadas das tampas, a descarga leva cerca de duas horas. Mas, se a mesma carga vier com embalagens tampadas, o tempo sobe para três horas e meia. A nossa produção ganha agilidade quando as tampas são separadas", afirma Jean Carlos Alves Soares, operador líder na central de Rondonópolis-MT, unidade gerenciada pelo inpEV.

BONS EXEMPLOS NO CAMPO

Na Fazenda Guarita, por exemplo, em Rondonópolis, no momento de uso do produto, as embalagens são lavadas e inutilizadas (os fundos são perfurados) e as tampas são separadas em sacos para serem armazenadas nos galpões em que fica todo o material que será encaminhado para a central de recebimento do município. "Entregamos quatro caminhões por ano com embalagens utilizadas em 6.500 hectares de plantações de soja e milho. Como já nos preocupamos com as tampas no momento em que os produtos são abertos, não há perdas pelo caminho. Para cada embalagem devolvida, há uma tampa entregue também", explica Everton Mann Appelt, técnico agropecuário da Fazenda Guarita. "Além de ficar em dia com a legislação ao devolver a embalagem completa, tenho a satisfação de saber que estamos contribuindo para o cuidado com o meio ambiente e a saúde das pessoas".

É o que também faz o agricultor paulista Tiago Elias Nalessio, representante da quarta geração de uma família produtora de cana-de-açúcar. Um dos proprietários do sítio Ventania, com 400 hectares de plantação em Piracicaba-SP, ele conta que armazena as suas embalagens utilizadas em um depósito, sem esquecer de guardar junto as tampas, para que não se extraviem. "Entregamos, neste ano, cerca de 190 embalagens vazias. Em outro saco, levamos as 190 tampas, entregues no recebimento itinerante, que aconteceu na região e encaminhou o material para a central do município", explica Tiago Nalessio.

Esses exemplos levam ao crescimento da devolução das tampas. Em Piracicaba, o gerente da central do município, Rodrigo Bispo de Melo, estima que entre 80% e 90% das embalagens recebidas na unidade venham com as tampas. Gerenciada pela Cooperativa dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo (COPLACANA), a unidade investe na conscientização dos agricultores utilizando materiais educativos desenvolvidos pelo inpEV.

"O ideal é recebermos todas as tampas, mas já atingimos uma porcentagem alta e estamos evoluindo. Além de trabalharmos a conscientização

dos agricultores, procuramos facilitar processos para que eles aumentem essa devolução. No ano passado, encaminhamos para reciclagem um caminhão cheio de tampas. Neste ano, a previsão é dobrar esta quantidade", destaca Rodrigo. Para conseguir melhorar esse resultado, ele explica que busca ouvir os agricultores e facilitar o processo. "Hoje, adotamos o padrão de peso. As *bags* de tampas são pesadas, e esse número é convertido em quantidade".

Essas iniciativas de incentivo são importantes para superar problemas, como os indicados pelo coordenador regional de Operações do inpEV em São Paulo, Weider Santana. "Por falta de informação, ainda há quem não devolva as tampas. Mas, o trabalho permanente de conscientização tem tido resultados. No estado de São Paulo, a maioria devolve corretamente, com as tampas encaminhadas em sacos separados", completa.

AS TAMPAS NA RECICLAGEM

O Brasil é o único país do mundo a fabricar novas embalagens de defensivos agrícolas com matéria-prima obtida da reciclagem da própria embalagem. "Este é um dos fatores que fazem do Sistema Campo Limpo referência mundial no setor. E o mesmo vale para as tampas, uma vez que elas também são triadas e encaminhadas para reciclagem e dão origem a um sistema de vedação de alta *performance*. Com isso, o que é produzido pelas recicladoras parceiras do Sistema atende a indústria fabricante de defensivos agrícolas e fecha o ciclo de vida da embalagem dentro do próprio setor", complementa Antonio Carlos do Amaral, gerente de Operações do inpEV.

Atualmente, 94% de todas as embalagens plásticas primárias comercializadas em todo o Brasil retornam para o Sistema Campo Limpo, contribuindo com uma agricultura mais sustentável e, também, com a autossuficiência econômica do Sistema, já que a reciclagem dos materiais gera recursos que são reinvestidos na manutenção e no funcionamento da logística reversa no campo.

ISABELA BORGHESE



Tampas brancas e coloridas precisam ser separadas e seguem caminhos diferentes para a reciclagem

> “SEMPRE EXPLICAMOS AO AGRICULTOR QUE A LEI EXIGE QUE SEJAM DEVOLVIDAS TAMBÉM AS TAMPAS...”

MARIO APARECIDO LUSSARI, DISTRIBUIDOR

Um aliado importante para dar orientação sobre a importância de devolver as tampas são os canais de distribuição. Proprietário da revenda Fertiagro, em Araras-SP, Mario Aparecido Lussari diz que colabora com o trabalho de educação e conscientização desde a inauguração do seu negócio, há quinze anos. “Sempre explicamos ao agricultor que a lei exige que sejam devolvidas também as tampas no posto de Araras, que, depois, leva o material para a central de Piracicaba. No começo, era mais difícil, mas, hoje, a maioria dos agricultores da região está bem informada e faz a coisa certa, tanto para o bem do meio ambiente, como para ficar em dia com a legislação”, afirma Lussari.

ECOEFICIÊNCIA COMPROVADA

Mais do que cumprir uma obrigação legal, os elos da cadeia agrícola demonstram estar fazendo a coisa certa por estarem conscientes e convictos dos benefícios dessas atitudes para o meio ambiente e a saúde das pessoas. Esta contribuição é comprovada pelo estudo de Avaliação de Ciclo de Vida (ACV) realizado anualmente pela Fundação Espaço ECO®. Este estudo de ecoeficência compara o cenário real de existência do Sistema Campo Limpo com outro, hipotético, em que o Sistema não existe, como ocorria até 2002.

Os resultados mais recentes indicam que, entre 2002 e 2017, o Sistema possibilitou uma redução de emissão de cerca de 625 mil toneladas de CO_2 equivalente, ou seja, evitou a extração de 1,4 milhão de barris de petróleo. Permitiu, ainda, uma economia de energia suficiente para abastecer 2,5 milhões de casas durante um ano. A extração de recursos naturais foi vinte vezes menor em relação a um cenário com a inexistência do Sistema. Outro benefício comprovado é a redução de resíduos em quantidade equivalente ao gerado por uma cidade de 500 mil habitantes em onze anos.



> “ALÉM DE FICAR EM DIA COM A LEGISLAÇÃO AO DEVOLVER A EMBALAGEM COMPLETA, TENHO A SATISFAÇÃO DE SABER QUE ESTAMOS CONTRIBUINDO PARA O CUIDADO COM O MEIO AMBIENTE E A SAÚDE DAS PESSOAS.”

EVERTON MANN APPELT, AGRICULTOR

Para que o Sistema siga a sua trajetória de evolução dos resultados positivos, o agricultor deve devolver as embalagens pós-consumo nas unidades credenciadas. Somente assim poderão ser utilizadas pelas recicladoras parceiras, que respeitam os padrões preestabelecidos de segurança, qualidade e rastreabilidade, as normas dos órgãos ambientais e as exigências legais. Os artefatos produzidos pelas recicladoras homologadas pelo inpEV são controlados e têm o seu uso aprovado para comercialização.

RESPONSABILIDADES COMPARTILHADAS

O Sistema funciona a partir da indicação em nota fiscal, pelas revendas ou cooperativas, do local onde o produtor rural deve devolver as embalagens vazias de defensivos agrícolas. Antes, porém, o agricultor precisa esvaziar o conteúdo das embalagens no pulverizador, realizar o processo de tríplice lavagem ou de lavagem sob pressão e perfurar o fundo do recipiente, evitando que ele seja reutilizado. A devolução deve ocorrer dentro do prazo de até um ano a partir da data da compra.

A responsabilidade de dar a destinação ambientalmente correta às embalagens vazias é da indústria, representada pelo inpEV, que as encaminha para reciclagem ou incineração. Entidade sem fins lucrativos criada há dezesseis anos, o Instituto integra os elos da cadeia produtiva no processo de recebimento e destinação das embalagens vazias de defensivos. O inpEV tem, ainda, a missão de promover ações de conscientização e educação e reúne mais de cem empresas fabricantes e nove entidades representativas de indústrias, distribuidores e agricultores.

Ao poder público cabe a fiscalização do funcionamento do Sistema, como a emissão de licença para as unidades de recebimento dos materiais e o apoio aos esforços de educação e conscientização do agricultor em parceria com os fabricantes e os distribuidores. ■



ISABELA BORGHESE

Gerente da central de Piracicaba, Rodrigo Bispo de Melo busca aumentar conscientização para receber mais tampas



BERNARDO YASUHIRO IDE

1ª REUNIÃO CANAPLAN 2018

PERSPECTIVAS PARA A SAFRA 2018/19 DE CANA-DE-AÇÚCAR NA REGIÃO CENTRO-SUL

Equipe Canaplan: Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Fernando Carvalho, Nilceu Cardozo, Bernardo Yasuhiro Ide, Júlio Campanhão, Ericson Marino, Ciro Sitta e Denis Oliveira

O encontro tratou da projeção da safra canavieira 2018/19 no Centro-Sul, tanto em termos de produção, quanto de produtividade, com análises das questões setoriais nos aspectos financeiro, de endividamento e de mercado.

O resultado da moagem de abril deste ano, de 60 milhões de toneladas de cana, foi bem superior ao das safras anteriores. Isso significa uma aceleração no início da safra 2018/19, com a colheita de canas em estágio de amadurecimento, ou seja, de baixo valor de açúcar total recuperável por hectare (ATR/ha). Em comparação à safra 2017/18, há uma quebra entre 5% e 7% na produção obtida por hectare.

A base de informações sobre os ambientes internacional e doméstico mostrou tendências diferenciadas para a safra 2018/19. Há excedentes globais no mercado de açúcar, em função das ofertas maiores da Índia, do Paquistão e da Tailândia, com preços em limite de baixa de US$ 0,11 por libra peso. Esse quadro implica uma mudança-chave na produção brasileira pró-etanol.

As projeções da Canaplan apontam queda na produtividade (em toneladas por hectare – t/ha) e envelhecimento dos canaviais entre as safras 2016/17, 2017/18 e 2018/19. As plantas ficam mais sensíveis aos impactos de clima e a pragas e doenças.

Considerando uma área plantada de 7,9 milhões de hectares, o resultado da votação dos 250 presentes no evento apontou uma produção entre 553 milhões e 569 milhões de toneladas de cana para a safra 2018/19 na região Centro-Sul brasileira. Sob

PRODUTIVIDADE NAS ÚLTIMAS SAFRAS

SAFRA	Idade média	t/ha
2016/17	3,50	77,0
2017/18	3,74	75,5
2018/19	3,90	70,0 / 72,0 / 74,0

Fonte: Canaplan

PREVISÃO PARA A SAFRA 2018/19

Milhões de toneladas de cana	553,0	569,0	585,0
Quilos de ATR/tonelada de cana	135,0	134,5	134,0
Açúcar (milhões de toneladas)	29,0	29,9	30,6
Etanol (bilhões de litros)	25,9	26,6	27,2

Fonte: resultado da votação entre os presentes no evento

a coordenação de Caio Carvalho, também ratificou esse número o painel dos produtores, composto por Agnaldo Rigolin (BP Biocombustíveis); Cassio Paggiaro; Edson Girondi (Alto Alegre); Fernando Benvenuti (Raízen); Jaime Stupiello (Tereos); Mario Gandini (Usina São Martinho); Paulo Artioli (Tecnocana); Paulo Rodrigues (Condomínio Agrícola Santa Izabel); e Rodrigo Vinchi (Atvos).

1. Aspectos essenciais: à sombra da estagnação

Desde a crise global da safra 2008/09, a oferta de canas pela região Centro-Sul brasileira mostra variações ligadas às mudanças no clima nas regiões produtoras, com altos e baixos impressionantes.

As duas últimas safras, com resultados decrescentes, devem-se somar à safra 2018/19, gerando uma dúvida sobre os limites da capacidade de resiliência da produção canavieira. O fato é que o índice de moagem, caracterizado pela produtividade, vem, há anos, atrás do índice de área. Isso explica o resultado final, ou seja, uma situação de custos crescentes.

Outro aspecto relevante é a enorme dispersão dos dados, tanto os técnicos, da Canaplan, como os financeiros, do Rabobank: das unidades produtivas do setor, 44% mostraram produtividade final abaixo de 10 t de ATR/ha e 14%, produtividade final acima de 12 t/ha.

A variação da produção mostra volatilidade diretamente ligada às questões climáticas e aos investimentos na lavoura e qualidade agroindustrial com mudanças inversas ao que acontece na produção.

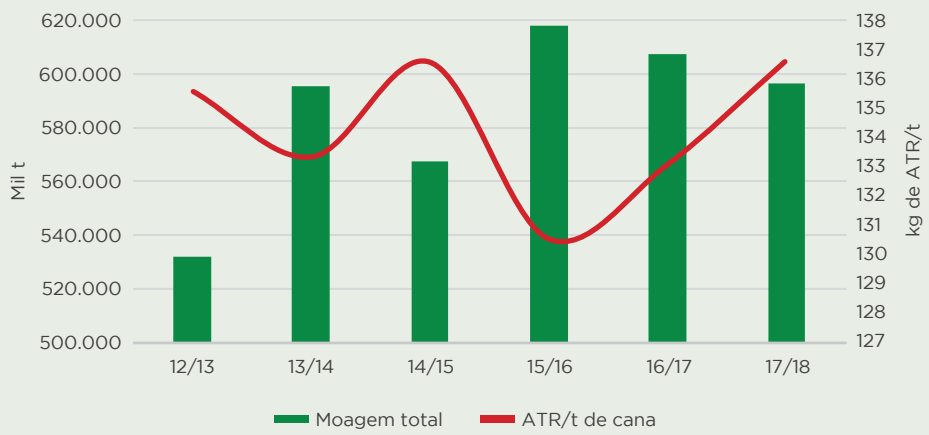
A queda de moagem vem acontecendo nos últimos anos tanto no estado de São Paulo, como nos outros estados, com uma tendência de crescimento da moagem no primeiro trimestre da safra e queda no último.

REGIÃO CENTRO-SUL: PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR (MILHÕES DE TONELADAS)

SAFRA	Quantidade	Variação
2010/11	556,95	–
2011/12	493,16	- 63,84
2012/13	532,76	+ 39,60
2013/14	595,22	+ 62,46
2014/15	567,59	- 27,63
2015/16	617,71	+ 50,12
2016/17	607,14	- 10,57
2017/18	596,30	- 10,84
Taxa ao ano	**0,98%**	

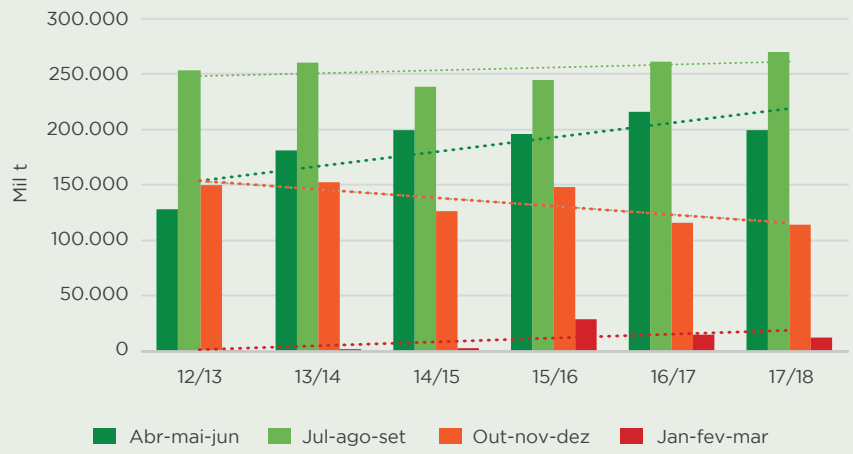
Fonte: Canaplan

REGIÃO CENTRO-SUL: MOAGEM DE CANA E QUALIDADE



Fonte: Canaplan

REGIÃO CENTRO-SUL: MOAGEM POR TRIMESTRE



Fonte: Canaplan

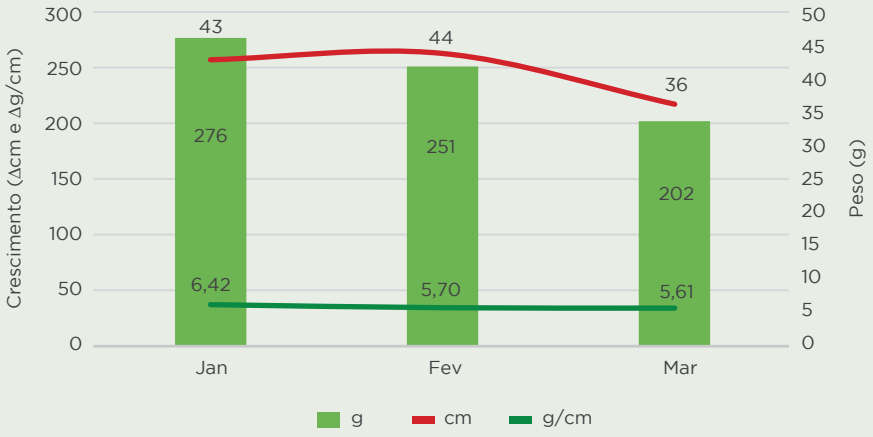
2. O desenvolvimento do plantio

Fez-se a medição de amostras de canas a serem colhidas nos meses de abril, junho e outubro de 2018, em que se constatou a mesma tendência de queda de crescimento registrada no verão.

A redução do crescimento das plantas entre fevereiro, março e abril de 2018, assim como uma menor densidade populacional, traz uma visão de potencial maior quebra no último terço da safra 2018/19.

O período fundamental ao crescimento das plantas, de janeiro a abril de 2018, mostrou menor precipitação do que nas duas safras anteriores, com maior concentração em poucos dias de chuva, explicando a tendência de queda da produtividade.

REGIÃO CENTRO-SUL: CANA PLANTA EM OUTUBRO DE 2017



Fonte: Canaplan

3. A idade média do canavial

A manutenção de reforma do canavial ao redor de 13% ao ano envelhece-o de forma perigosa no Centro-Sul brasileiro. Com clima complexo, o impacto da redução na produtividade será um fato importante.

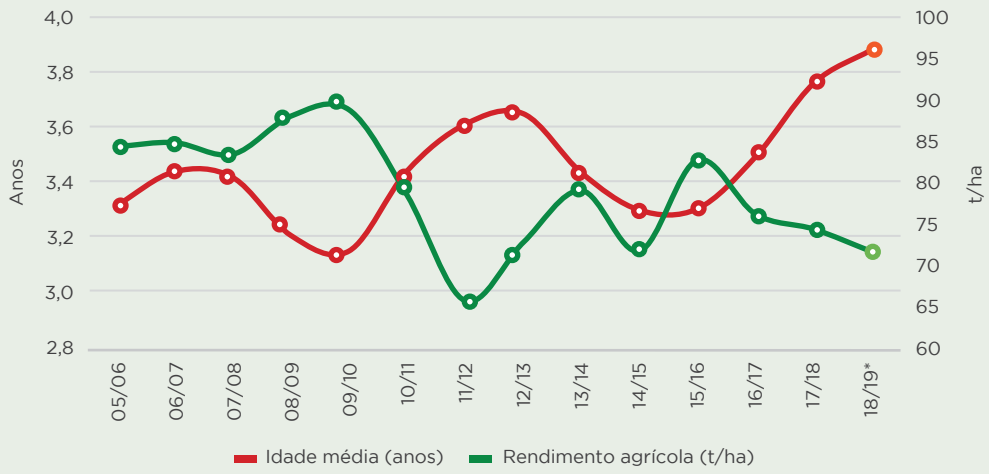
A consequência é um aumento da diferença do peso da área (maior) em relação ao peso da produtividade (menor), em face das dificuldades setoriais desde a safra 2008/09.

A dispersão dos dados de produtividade da cana-de-açúcar é preocupante no Brasil. No caso do Centro-Sul, é clara.

Como considerações gerais, pode-se afirmar:

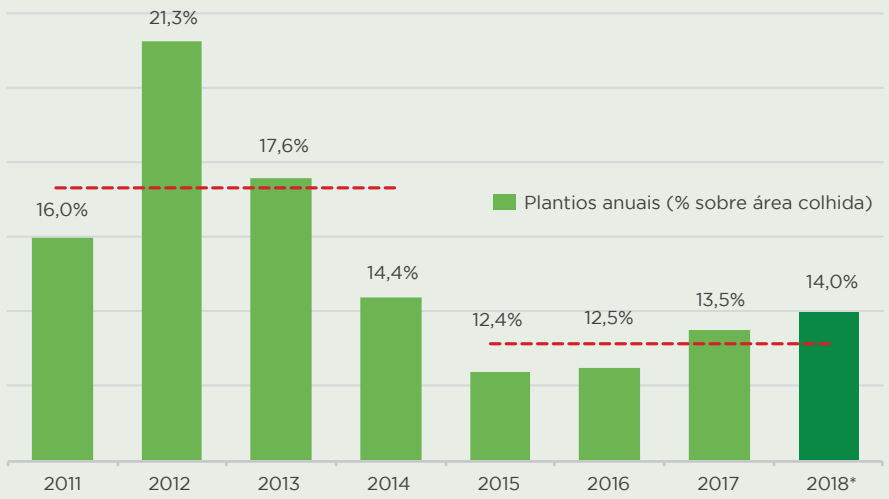
- O canavial envelhecido expõe-se aos problemas de clima e a doenças;

REGIÃO CENTRO-SUL: PRODUTIVIDADE X IDADE MÉDIA



* Estimativa
Fonte: Canaplan

REGIÃO CENTRO-SUL: CANAVIAL ENVELHECENDO



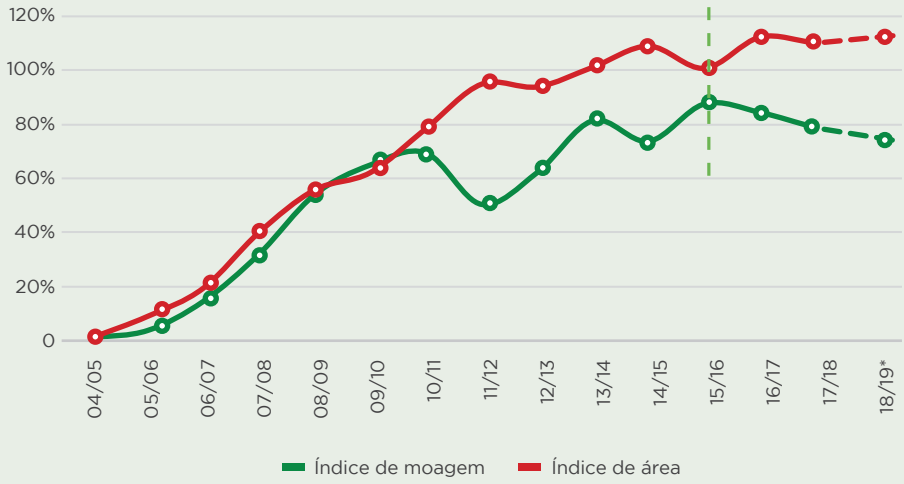
* Estimativa
Fonte: Canaplan

- No ritmo atual de plantio, a idade do canavial estabiliza-se acima de quatro cortes;
- A área, e não a produtividade, comanda a oferta.

O Painel de Produtividade, sob coordenação de Paulo Rodrigues (Condomínio Agrícola Santa Izabel), abordou o estado da arte e as dificuldades atuais das tecnologias, com a participação de especialistas das empresas de insumos modernos e máquinas agrícolas: Antonio Marcos Corder (MICROGEO®); Antonio Soares (Bayer); Carlos Graminha (John Deere); Carlos Peres (Arysta LifeScience); Leandro Pessente (BASF); Leonardo Pereira (Syngenta); e Vinicius Batista (FMC).

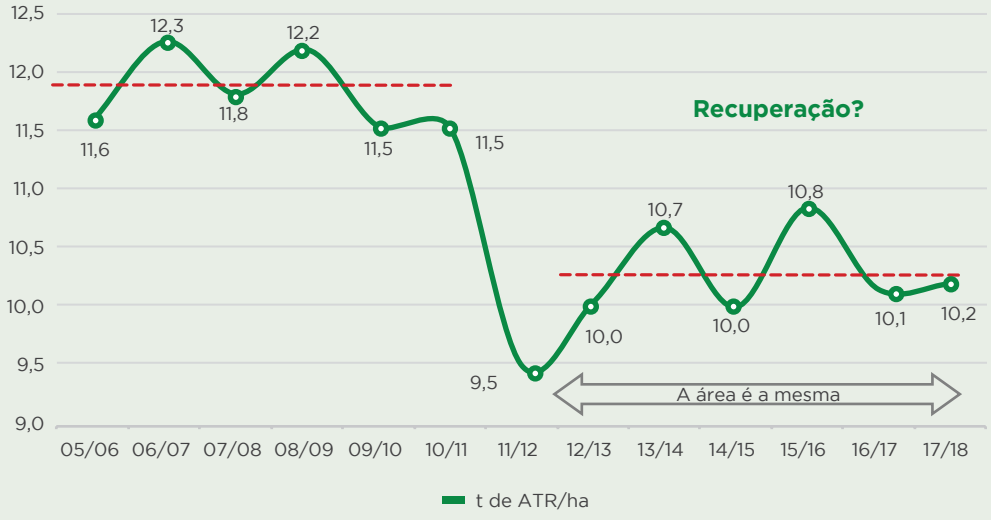
Com relação à questão do endividamento setorial, da amostra expressiva de empresas do Rabobank na safra 2016/17, cerca de 30% aumentaram a dívida, enquanto 70% a diminuíram. A expectativa é de que isso tenha apresentado piora na safra 2017/18 e que se repita para a safra 2018/19!

REGIÃO CENTRO-SUL: ÁREA X PRODUTIVIDADE



* Estimativa
Fonte: Canaplan

REGIÃO CENTRO-SUL: PRODUTIVIDADE FINAL
(t DE ATR/ha)



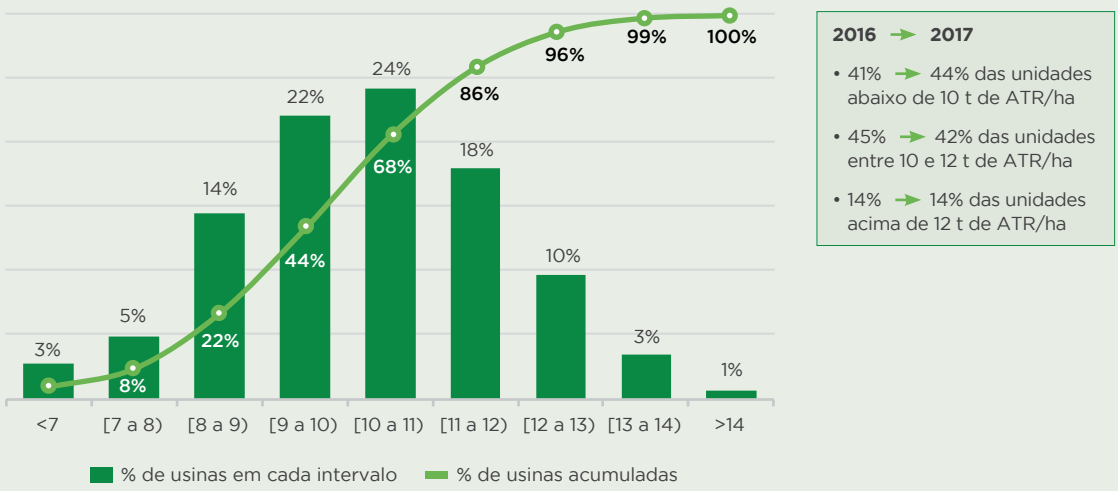
Fonte: Canaplan

Há uma consolidação "silenciosa" no Centro-Sul, pois, enquanto a região vem estagnada, várias empresas mostram forte crescimento.

Quanto às previsões do mercado, a LMC International projetou 11 milhões de toneladas de açúcar como excedentes na safra internacional 2017/18 (outubro a setembro). E, caso medidos esses excedentes com base nas safras nacionais, seriam 17 milhões de toneladas! Isso trouxe uma pressão baixista ao mercado, e o que vale observar, ainda, é a realidade do clima, único fator a mudar a previsão de preços baixos do açúcar.

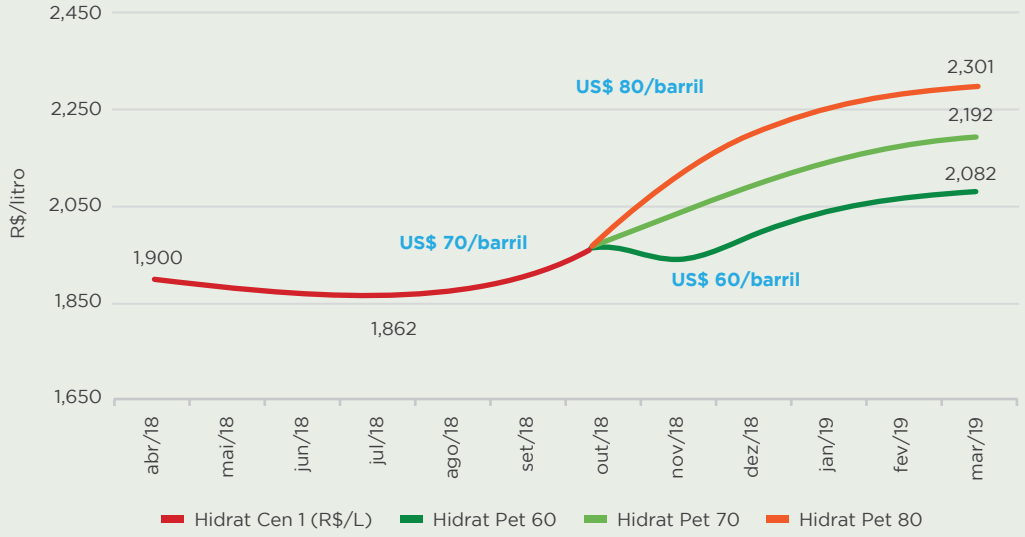
A apresentação da Bioagência salientou o potencial de preços melhores ao etanol em face da subida dos preços do petróleo no mercado internacional. ■

REGIÃO CENTRO-SUL: AMPLITUDE DE RESULTADO NA SAFRA 2017/18 E PRODUTIVIDADE FINAL EM t DE ATR/ha



Fonte: Canaplan

PROJEÇÃO DE PREÇOS NA SAFRA 2018/19



Fonte: Bioagência


OXI COMUNICAÇÃO
MAIS DO QUE EM MÁQUINAS,
INVESTIMOS NO
BRASIL
CONTRIBUIR PARA O CRESCIMENTO DO AGRICULTOR BRASILEIRO:
ESSE É O NOSSO COMPROMISSO.
O trabalho da John Deere, no Brasil, não acontece apenas em nossas cinco fábricas, ampla rede de concessionários, maior Centro de Distribuição de Peças da América Latina, Centro de Treinamentos ou no recém inaugurado Centro de Agricultura de Precisão e Inovação. Nosso trabalho é feito, principalmente, ao lado do agricultor brasileiro. Porque é ele quem alimenta uma população que cresce cada vez mais. E é para ele que desenvolvemos produtos e serviços cada vez mais inovadores, rentáveis e sustentáveis.
JOHN DEERE
JohnDeere.com

O PASSO ADIANTE NA AGRICULTURA BRASILEIRA

PAULO HERRMANN
Presidente da John Deere Brasil e vice-presidente de Marketing e Vendas para a América Latina da John Deere



NO CAMPO da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), o Brasil tem liderado diversas iniciativas no sentido de aumentar a eficiência produtiva da agricultura tropical e posicionar o País como um dos responsáveis por prover proteínas e fibras para a crescente população mundial.

A principal via é a adoção de uma atividade agrícola mais intensiva e eficiente, integrando diferentes sistemas de produção na mesma unidade produtiva: a chamada integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF).

Fazer iLPF é ter agricultura, criação de animais e árvores plantadas em um local único, independentemente da região, do clima e do tamanho da propriedade. Mais importante: protege biomas, trabalha para recuperar áreas degradadas e resguarda florestas nativas. É a melhor forma de contribuir com o Plano ABC e, em consequência, com as metas do governo brasileiro ratificadas no Acordo de Paris (COP-21).

Trata-se, de fato, de uma revolução no campo e na imagem do agronegócio.

Na década de 1970, houve o plantio direto; vinte anos depois, avançou-se para duas safras. E, agora, tem início a era da otimização de ativos, com uma produção agrícola realizada de forma equilibrada do ponto de vista ambiental.

É a forma mais inteligente de resolver o paradigma que coloca a necessidade crescente por alimentos em todo o mundo e que, ao mesmo tempo, alerta para a impossibilidade legal e ética de abrir novas áreas naturais para responder tal demanda.

A tecnologia iLPF nasceu há trinta anos e, desde então, foi refinada cientificamente pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Em 2012, com a criação da Associação Rede ILPF, da qual a John Deere é ativa apoiadora, ampliou-se a difusão por meio de dias de campo, pesquisas e assistência técnica aos produtores. Hoje, são 11,5 milhões de hectares com a integração ecossistêmica. Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rio Grande do Sul despontam na liderança.

Do ponto de vista do agricultor, a iLPF é a melhor opção para tirar vantagem da localização geográfica do País e mitigar riscos climáticos e econômicos. O resultado é valor agregado na produção e na rentabilidade.

A revolução produtiva sob a ótica ambiental cruza a conservação ambiental. A integração de sistemas outrora danosos à flora e à fauna pode incrementar a biodiversidade de uma área produtiva.

Para tanto, é preciso uma gestão diferente, com outro controle do fluxo de caixa, além de um sistema para manejar cultura por cultura e saber onde estão as oportunidades de melhoria.

Em suma: produzir e preservar estão, hoje, na mesma frase.

Os consumidores ficam mais preocupados com a qualidade da alimentação. As questões das sanidades animal e vegetal e do equilíbrio ambiental passam a ser determinantes para dizer quais mercados irão vencer as concorrências na competição internacional para suprir alimentos e energia renovável. O Brasil possui a oportunidade de aumentar ainda mais a sua importância agropecuária e a sua responsabilidade ambiental para a redução de danos ambientais. ■

SEGURANÇA NO CAMPO

FÁBIO DE SALLES MEIRELLES
Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)



UMA DAS principais bandeiras que a FAESP tem levantado nos últimos anos para as autoridades públicas é a importância da segurança no campo.

Neste ano eleitoral, encaminharemos algumas sugestões de medidas aos candidatos ao governo do estado de São Paulo que entendemos serem necessárias para contribuir e viabilizar a sustentação dos elevados investimentos que os produtores rurais realizam em suas propriedades. No debate eleitoral, é fundamental pautarmos a violência no campo.

No meio rural, o tema da segurança sobrepõe-se ao desemprego: conforme levantamentos realizados de janeiro de 2017 a março de 2018, foram registradas 15 mil ocorrências nesse ambiente; deste número, ressaltamos que 76% relacionam-se às práticas de furto, roubo e latrocínio.

Entre as medidas que sugerimos que poderiam diminuir os índices de criminalidade, podemos citar: o aumento da presença ostensiva no meio rural de agentes policiais estaduais e municipais; e a incorporação das informações registradas no Cadastro Ambiental Rural (CAR) nos sistemas informatizados da Polícia Militar, o que permitiria maiores agilidade e precisão no acionamento e no envio de viaturas para o atendimento de ocorrências policiais na zona rural.

Observamos que a ocorrência de crimes na área rural tem certas características, como o fato de que a ampla maioria das ocorrências é praticada no período noturno, compreendido entre as 17h e as 6h. Por essa razão, a intensificação de rondas de vigilância neste intervalo inibiriam a invasão de propriedades e os demais crimes consequentes.

Ainda que boas iniciativas tenham sido tomadas no passado, com o apoio da FAESP, como o Patrulhamento Rural Integrado, há necessidade do surgimento de novas medidas, como também do permanente monitoramento das estatísticas e da evolução da violência na área rural, em razão da sofisticação das modalidades criminosas, o que, infelizmente, acarreta enormes prejuízos e a lamentável sensação de insegurança na população rural.

As iniciativas de repressão realizadas pela Secretaria da Segurança Pública de São Paulo, com prisões em flagrante e a crescente apreensão de armas, demonstram o preocupante cenário existente.

Nesse sentido, salientamos que envidaremos todos os esforços para sensibilizarmos as autoridades, em especial os candidatos ao governo estadual paulista, para que recebam nossas sugestões e apresentem soluções para levarmos paz e tranquilidade a essa valorosa população rural que tanto contribui para a sociedade brasileira.

O meio rural merece a especial atenção do poder público, pois já sofre demasiadamente com as inúmeras adversidades em suas atividades, que são desde intempéries climáticas, passando pela ausência de políticas públicas para garantia de renda, até uma extensa e complexa legislação, em constante mudança – como a nova legislação trabalhista, o novo Código Florestal e o recente julgamento do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL). Ter segurança para produzir alimentos e abastecer a população é um direito legítimo do produtor rural. ■

MARCO REGULATÓRIO BRASILEIRO

PROJETO DE LEI MODERNIZA A LEGISLAÇÃO DOS DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

MÁRIO VON ZUBEN

Engenheiro agrônomo pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), pós-graduado em Gestão Estratégica de Negócios pela Universidade de Calgary, no Canadá, e diretor executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

GERADOR DE uma ampla e diversificada gama de produtos agrícolas, o Brasil figura entre os principais fornecedores de alimentos, bioenergia e matérias-primas do mundo. Atualmente, é o segundo maior exportador de alimentos, podendo chegar ao primeiro lugar em pouco tempo. Tal posição justifica-se não apenas pela extensão territorial e pelo empreendedorismo dos produtores, mas também muito pelos investimentos em pesquisas e esforços científicos que garantiram e elevaram a produção do País até aqui.

O agronegócio representou 21,59% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2017 e vem puxando os resultados da economia brasileira nos últimos anos, dois deles já na atual crise econômica. Motivada pela evolução crescente da atividade, a intensificação dos esforços pela aprovação do novo marco regulatório dos defensivos agrícolas está focada na modernização da legislação que rege os métodos de avaliação destes produtos, promovendo a desburocratização do setor sem abrir mão da segurança.

A Lei em vigor (nº 7.802) data de 1989 e está naturalmente desatualizada, pois foi criada em um contexto completamente diferente do vivido hoje. A nova proposta (PL nº 3.200/15) trará o ambiente regulatório brasileiro para uma posição mais atualizada em comparação ao que acontece nos países em que a agricultura tem papel preponderante, com a garantia de níveis elevados de segurança para a saúde humana e o meio ambiente, refletindo o respeito e a consideração ao avanço da Ciência. A modernização do processo permitirá que o produtor brasileiro tenha acesso às inovações do setor de forma simultânea aos seus concorrentes.

Um dos pontos de adequação propostos é a adoção de avaliação do risco, que, como técnica regulatória, é uma necessidade urgente. A comunidade científica domina este conhecimento; os reguladores podem ter a segurança de adotar esta técnica que expressa toda a preocupação com a preservação da saúde humana e do meio ambiente, em equilíbrio com as demandas e a realidade das condições de uso no campo, com absoluto rigor científico.

Atualmente, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) atuam no processo de registro de defensivos agrícolas analisando eficiência agronômica, toxicologia e impacto ao meio ambiente, respectivamente, de acordo com as suas competências e funções. Os três órgãos contam com equipes reduzidas, o que impacta no tempo para registro de um novo produto, que tem levado de seis a oito anos. Com a modernização da legislação, os papéis dos três órgãos serão preservados, mas o sistema de avaliação será integrado e informatizado, o que dará celeridade aos registros, mantendo a segurança. A expectativa é de que esses avanços permitam que o registro leve de um a três anos, tempo considerado suficiente para que se façam todas as avaliações necessárias sem se abrir mão do rigor científico.

O Projeto de Lei promove a inclusão de critérios objetivos na avaliação e no registro de produtos, respeitando metodologias científicas. São avanços como este que precisamos para manter o País produzindo com eficiência e responsabilidade, em nível de igualdade com os seus principais competidores, como Canadá, Estados Unidos, Argentina e Austrália. ■

DIÁRIO DE BORDO

MODERNIZAR E FORTALECER A REPRESENTAÇÃO

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente do LIDE Agronegócios

AS DIFICULDADES para sair da estagnação econômica e a aproximação/indefinição das eleições de outubro têm produzido muita incerteza e insegurança no País, trazendo um certo clima de "nós contra eles"; as pessoas andam irritadas, as idiossincrasias aumentam, gerando ódios e reações agressivas ou apaixonadas sobre qualquer assunto, gente educada perde a compostura, e tudo isso dificulta a busca pelo equilíbrio nas mais simples discussões. Respeito perde valor, e os ânimos estão à flor da pele.

Essa situação anormal para um povo pacífico e sensato como o brasileiro acaba colocando em terrenos opostos velhos aliados e até ameaça amizades sólidas. Preferências eleitorais são questionadas com rancor ou ironia, as redes sociais multiplicam pequenas diferenças, transformando-as em crises que são levadas às instituições representativas dos setores, e os valores intangíveis da democracia ficam prejudicados. O radicalismo cresce, nublando o horizonte da lógica.



Esse clima está chegando, também, ao agronegócio – o que não vale a pena. As nossas entidades representativas devem estar sempre bem sintonizadas e articuladas, uma vez que os legítimos interesses dos produtores rurais de todos os locais e tamanhos são os mesmos, respeitadas as especificidades das cadeias produtivas e as características regionais e fundiárias. Temos que fortalecer as entidades que realmente defendem e lutam por tais interesses.

Nesse cenário, há um tema que precisa ser debatido com bom senso. Trata-se da contribuição sindical aos organismos que representam formalmente os diferentes setores econômicos do País. A nova legislação trabalhista, uma das maiores conquistas da sociedade brasileira dos últimos tempos, extinguiu claramente a obrigatoriedade de pagar a contribuição sindical. Não há dúvida quanto a isso.

No entanto, não foram extintos os sindicatos. Isso produzirá uma interessante consequência: o produtor rural sindicalizado só vai sustentar o seu sindicato patronal se ele trabalhar de forma a representar de verdade o associado e, mais do que isso, se conseguir vencer disputas sobre temas demandados por ele. Caso contrário, o associado não pagará nada espontaneamente, o que, no limite, levará o sindicato ineficiente a desaparecer; isto também é positivo: só ficarão os sindicatos que cumprirem a função para a qual foram criados. Acaba a ilegitimidade.

Por outro lado, a redução dos recursos disponíveis para a liderança local vai desestimular os aproveitadores, aqueles que usam o sindicato em benefício próprio e de seus apaniguados. Só se candidatarão aos cargos de comando aqueles produtores que vão defender de fato as causas dos filiados todos. E ainda mais: com certeza, vai também desaparecer uma questão relevante e perniciosa, que é a eternização de presidentes nas entidades. A democracia prevalecerá com a renovação de líderes, o que sempre significa arejamento das instituições e sua modernização.

Tudo que se relatou é consequência natural da nova lei. Mas, isso não significa que deve acabar o sistema sindical; significa que ele será democratizado e deverá sobreviver "mostrando serviço".

E o interesse do setor é que as entidades estaduais e nacional de representação sindical se fortaleçam com isso, estimulando, também, a renovação dos seus comandos. ■

PRODUZIR

UM NOVO MARCO PARA OS DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

JOÃO FRANCISCO ADRIEN
Produtor rural e diretor da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

EXISTE, EM nossa sociedade, uma grande resistência ao uso de defensivos agrícolas químicos, popularmente chamados de agrotóxicos. Esta resistência impacta na aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 6.299/02, que traz modificações nas regras de registro e aprovação de novos defensivos fitossanitários, sejam eles químicos, orgânicos ou de biotecnologias. Atualmente, o rito de aprovação de novas tecnologias para os defensivos não atende as transformações ocorridas na produção de alimentos, fibras e energias renováveis, comprometendo a nossa produtividade e a tendência de produzir mais com menos.

A lei que rege a regulamentação de novos defensivos é de 1989, pouco posterior à Constituinte. De lá para cá, a produção agrícola aumentou em 500%, enquanto a área produzida apenas 50%. Esse processo deve-se exclusivamente à inovação tecnológica. Pelas projeções da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), teríamos que aumentar, nos próximos anos, em 40% a nossa produção de alimentos para atender uma população crescente em número e renda. Da mesma forma, pelo Acordo de Paris, o Brasil propôs-se a reduzir em 40% a sua emissão de gases do efeito estufa até 2035.

Em regiões temperadas, como nos Estados Unidos e na Europa, onde o inverno exerce função de controle biológico, a média para a aprovação de novos defensivos é de dois anos. Já no Brasil, onde o clima tropical propicia a multiplicação e a resiliência das pragas, o tempo de aprovação é de oito a nove anos. Essa conta não irá fechar no futuro, assim como já não fecha no presente.

Para que o País avance na utilização dos seus recursos naturais com eficiência, cabe ao Estado se modernizar e se desburocratizar. O nome "agrotóxico" carrega uma carga pejorativa que dificulta uma análise despida de estereótipos. Questões referentes à saúde humana são consideradas em estudos e regras internacionais das quais o Brasil é signatário.

Em termos de quantidade, a Holanda, por exemplo, utiliza 20,80 kg de defensivos por área; o Japão, 17,50 kg; a França, 6,00 kg; e o Brasil, apenas 3,22 kg. Em termos absolutos, utilizamos mais, já que, além sermos o quinto maior país do Planeta em extensão territorial, fazemos, em média, duas safras por ciclo.

Se a sociedade, de fato, não deseja mais produtos de base química, a única saída seria criar novas alternativas tecnológicas que possibilitem a mesma eficiência em produzir mais com menos. Quanto a isso, a atual legislação também contraria enormemente o nosso potencial de inovação. Quem sofre as consequências são os produtores rurais, que viram os custos dos defensivos e dos fertilizantes subirem em 37% ao ano desde 2015, e a população consumidora, privada de acesso a alimentos com qualidade e preços mais competitivos.

O cenário de discussão está, mais uma vez, polarizado. Esse "flaflu" compromete o aperfeiçoamento constante das legislações e limita, sobretudo, uma discussão ponderada. O debate foi construído com dados técnicos, econômicos e científicos. A mudança é necessária e irá ocorrer; a questão é se conseguiremos estabelecer uma compreensão aprofundada do tema, possibilitando a difusão de novas tecnologias, ou se seguiremos nessa maré de sensacionalismos, que, de fato, trazem pouca efetividade. ■



OPINIÃO

INSTABILIDADE NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

ARNALDO JARDIM
Deputado federal (PPS/SP) e ex-secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

A GUERRA comercial deflagrada por Donald Trump contra a China, inicialmente focada no aço, tem como pano de fundo, na verdade, o fato de os EUA terem uma diferença anual de US$ 375 bilhões em relação ao país asiático, importando US$ 490 bilhões e exportando apenas US$ 115 bilhões. Aquele valor é quase metade do déficit de US$ 800 bilhões que os EUA têm com todos os demais países com que negociam. Trump quer reduzir o valor em US$ 100 bilhões ainda neste ano.

Este jogo bruto entre dois *megaplayers* do mercado mundial pode trazer oportunidades ao agronegócio brasileiro, porém carrega inúmeros riscos, a destacar o restabelecimento de protecionismos e subsídios nefastos ao comércio internacional. Exemplo presente é o caso do açúcar, que é fortemente subsidiado em países como Paquistão e Índia e na Europa. O Brasil ainda tem uma pequena participação no comércio internacional, bem abaixo da sua dimensão como país em desenvolvimento.



Por outro lado, o País detém o terceiro maior superávit comercial do Planeta com a China, calcado na exportação de *commodities* como soja e carnes, nas quais o nosso maior concorrente são os EUA. Analistas internacionais acreditam que haverá um grande acordo entre os dois países em conflito, o que pode gerar fortes impactos se a moeda a ser preservada forem os interesses bilaterais. Nesse cenário, as exportações de *commodities* do agronegócio brasileiro podem ser duramente afetadas.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) pode sair ainda mais enfraquecida. Além disso, o Brasil padece pela falta de agressividade da sua diplomacia na OMC e em outras entidades – sequelas da visão "nacionalista" que nos levou ao isolamento – e necessita de uma ação empresarial mais articulada que busque estabelecer relações de médio e longo prazos.

Carecemos, também, de um projeto nacional que estabeleça uma estratégica sobre como deve ser nossa inserção internacional; que defina, por exemplo, quais serão os setores em que, tendo vantagens competitivas e comparativas, nos concentraremos para ter um protagonismo mundial. De imediato, por enquanto, no cenário atual, a exportação brasileira ganhou uma janela de grande oportunidade nessa acirrada guerra comercial, e devemos aproveitar mais ainda para que não seja um sopro, mas sim um impulso definitivo.

Tomara que as duas maiores potências mundiais se entendam e garantam o equilíbrio econômico mundial. Mas, enquanto este entendimento não chega, é hora de mostrarmos nossa capacidade competitiva e ampliarmos as nossas exportações de *commodities*, como algodão, milho e soja.

A soja é o principal produto da nossa pauta de exportação. Neste ano, devemos exportar US$ 28,8 bilhões, ante US$ 25,7 bilhões em 2017. Os chineses compraram cerca de 54,0 milhões de toneladas de soja brasileira, quase 80% do total de 68,0 milhões do que foi exportado. E eles compraram mais de 95,5 milhões de toneladas de todas as origens, sinal que a participação brasileira pode crescer, já que a produção prevista é um recorde, de 117,4 milhões de toneladas, segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), e a previsão de exportação é de 70,4 milhões de toneladas.

Este momento instável é uma oportunidade para que o Brasil se fortaleça como o grande fornecedor de alimentos, fibras e energia que é. ■

OPINIÃO

AFTOSA: ELIMINAÇÃO DA VACINAÇÃO PODE TRAZER GANHOS

FRANCISCO SÉRGIO FERREIRA JARDIM
Secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

A ETAPA de maio da campanha de vacinação contra a febre aftosa no estado de São Paulo – que conta com cerca de 11 milhões de bovídeos (bovinos e bubalinos) de todas as idades – trouxe a novidade da adoção de uma nova estratégia de imunização, para uniformizar o sistema com o calendário dos demais estados, com vistas à retirada da vacinação em 2021.

São Paulo tem um nível bom de controle da aftosa, com uma taxa de vacinação superior a 98%, mas é preciso que estejamos sempre atentos, especialmente os produtores. A retirada da vacinação é de fundamental importância, pois ser considerada área livre de aftosa sem vacinação traz um enorme ganho ao agregar valor à produção e mais renda aos produtores.

Nosso estado é o maior recebedor de gado do Brasil, estimando-se em 1,2 milhão de cabeças para terminar, além de outro 1,2 milhão que vem para abate. Antes da inversão, era necessário revacinar o gado que viesse para o solo paulista, gerando custos.

A eliminação da vacinação prevista para 2021 gerará uma economia, em números atuais, de aproximadamente R$ 40 milhões por ano aos produtores paulistas. Tudo está sendo feito pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA) em consonância com o preconizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com critérios técnicos e científicos, para atender o produtor e manter a alimentação saudável para o consumidor.

Contudo, há um ganho ainda intangível: a valorização da carne brasileira para mercados mais exigentes, além de alguns nichos mercadológicos. É importante salientar que não é só o que se ganha no futuro, mas também o que o estado deixará de perder. Por isso, é importante que a CDA desafie o produtor a ter a sanidade numa área livre de vacinação.

O Brasil é líder e referência global na produção de carnes. Mas, há um potencial enorme de crescimento, pois os países desenvolvidos estão com estagnação no consumo *per capita*, em cerca de 100 quilos/habitante/ano (kg/hab./ano), das três principais proteínas exportadas pelo Brasil (aves, bovinos e suínos), considerando-se os quarenta países mais ricos do mundo, que abrigam 1 bilhão de pessoas. Os países em desenvolvimento consomem 30 kg/hab./ano, e os mais pobres, 10 kg/hab./ano.

Isso se potencializa se considerarmos o pouco comentado fato de a Indonésia – quarto país mais populoso do mundo, com 260 milhões de habitantes e consumo de apenas 3 kg/hab./ano de proteína – estar abrindo seu mercado ao produto brasileiro.

E a nossa produção vem evoluindo. Em dezesseis anos (1990-2016), o rebanho bovino brasileiro cresceu 40%, enquanto a área utilizada para criação foi reduzida de 190 milhões para 165 milhões de hectares. Mas, ainda há muito a se evoluir, pois o Brasil é um dos melhores lugares do mundo para se produzir gado a pasto.

E, na Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, o Instituto de Zootecnia (IZ), ligado à Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), tem importantes programas de melhoria genética do gado. Tanto a CDA, que cuida da sanidade, quanto a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), que leva os avanços, principalmente, aos pequenos produtores, são protagonistas nesse trabalho, que pode ser cada vez mais importante para os produtores e as economias paulista e nacional. ■



morya.

sicredi.com.br



Somos o Sicredi e para tudo que a sua propriedade rural precisar, você pode contar com a gente. Nosso compromisso é estar ao seu lado. Por isso, oferecemos os produtos e serviços financeiros que ajudam no seu crescimento, sempre de um jeito mais próximo e descomplicado.

*Abra uma conta com a primeira instituição financeira **cooperativa** do Brasil.*

Sicredi

Seguros intermediados pela Corretora de Seguros Sicredi. Verifique se o crédito consultado cabe no seu orçamento. Crédito sujeito à análise e aprovação.
SAC Sicredi: 0800 724 7220 / **Deficientes Auditivos ou de Fala:** 0800 724 0525. **Ouvidoria Sicredi:** 0800 646 2519.

REFLEXÃO

GRITO DE ALERTA

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

Só sinto no ar o momento
Em que o copo está cheio
E que já não dá mais
Para engolir...

Gonzaguinha

NO 16º Congresso da ABAG, de 2017, debateu-se com intensidade as alterações geopolíticas no mundo e os seus impactos sobre o Brasil com foco no agronegócio. Na época, olhavam-se as mudanças em curso nos EUA (com Trump) em relação ao Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA, na sigla em inglês), à saída dos EUA do Acordo Transpacífico com a Ásia, a Europa e outros e às ameaças dos EUA quanto às entidades globais criadas no pós-Segunda Guerra Mundial. Em síntese, via-se o Brasil como um ator passivo nesse novo processo, mas com o agronegócio crescendo de forma avassaladora.

Com todas as dificuldades das crises global, financeira ou internas e das ações de desmanche do País lideradas pelo PT, a resiliência do agronegócio brasileiro é surpreendente e assusta os seus competidores mundo afora. À margem de acordos bilaterais, com deficiência logística e havendo necessidade urgente de reformas nos campos tributário, previdenciário e político e elevado grau de desconfiança dos empresários com o País, o aumento da produção de alimentos foi extraordinário. Caracterizado como um símbolo do Brasil, em face da sua evolução tecnológica, sua produtividade e sua competitividade, o agro necessita de uma narrativa eficiente desse desenvolvimento sustentável.

De forma geral, a atual configuração da geopolítica global caracteriza uma tensão com relação aos recursos naturais – escassos em termos de água doce, minerais, fontes energéticas limpas e biodiversidade – e à oferta de alimentos de forma sustentável. É na "periferia" representada por países emergentes que se destaca o Brasil e na qual boa parte do jogo geopolítico acontece.

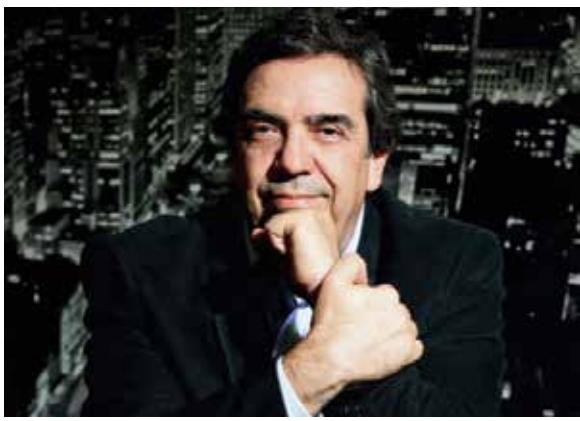
Nos últimos meses, o Brasil tem sido testado externamente com "carne fraca", análises laboratoriais distorcidas e empresas sob intensa desconstrução, numa pressão coordenada para colocar freios no crescimento da oferta. O País, no entanto, somente mostra ações reativas. Afinal, a produtividade depende, e muito, das relações internacionais e do comportamento dos setores público e privado nacionais.

Paralelamente a tudo isso, a operação Lava-Jato reconstrói para o Brasil uma imagem proativa, mas segue pressionada pelo bloco político afetado por ela. Sem a limpeza ética que isso representa, perder-se-á a chance de passar o Brasil a limpo para as novas gerações.

Sem as necessárias ações citadas, o agro sofre, mas segura as pontas, sendo a plataforma de exportações de todos os elos de suas cadeias produtivas, agregando valor e somando forças ao processo de recuperação do sistema Petrobras, das empresas petrolíferas da cadeia automobilística e dos setores modernos da química.

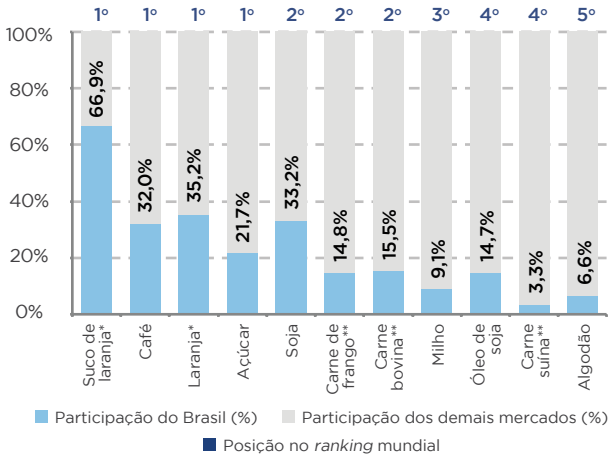
Mais uma vez, estaremos, em 2018, no embate do velho *versus* o novo. Onde estará o novo? Conseguirá passar a imagem da mudança necessária aos eleitores? Será que a paranoia do meio ambiente (segundo análise de Rubens Ricupero) equivalerá ao medo de uma guerra atômica no século XX?

O dia a dia vai nos envolvendo como a hera agarrando-se aos muros, onde brotam musgos. Há que se ter tempo e disposição para decifrar os imensos riscos que vivemos, de forma que se possa retornar aos trilhos do desenvolvimento. ■



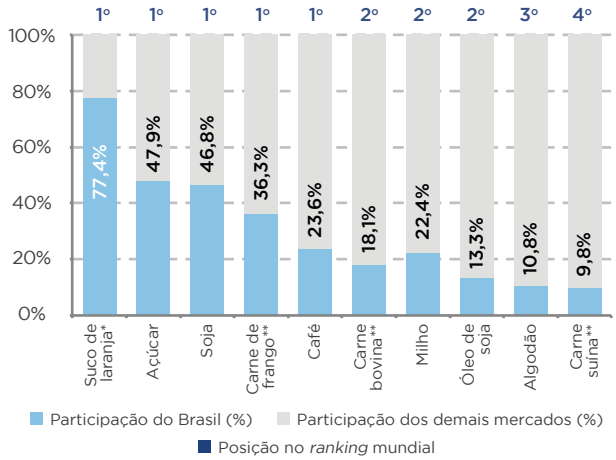
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2017/18



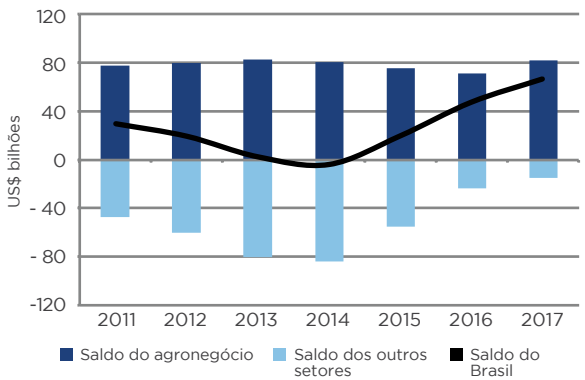
* 2017/18; ** 2018
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2017/18



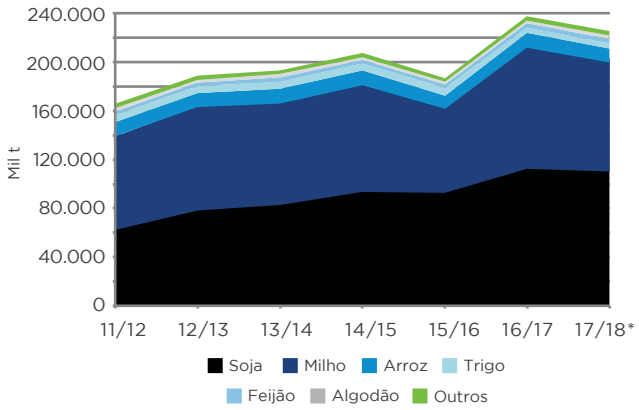
* 2017/18; ** 2018
Fonte: USDA; CNA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



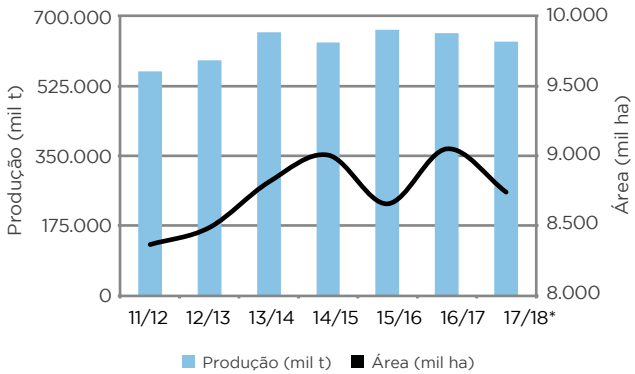
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



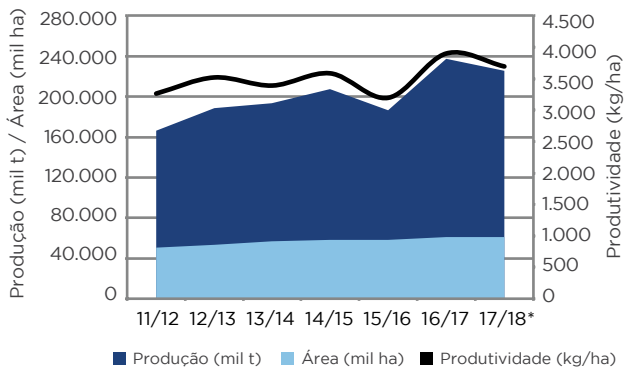
* Previsão em fevereiro de 2018
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



* Previsão em fevereiro de 2018
Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



* Estimativa em fevereiro de 2018
Fonte: Conab